



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS DE SÃO BERNARDO – MA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SOCIOLOGIA

**MIRLANE FERNANDES ARAUJO**

**DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Uma análise sobre o Ensino de Sociologia  
no município de Santa Quitéria do Maranhão – MA**

São Bernardo – MA  
Julho de 2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

FERNANDES ARAUJO, MIRLANE.

DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Uma análise sobre o Ensino de Sociologia no município de Santa Quitéria do Maranhão-MA / MIRLANE FERNANDES ARAUJO. - 2019.

58 f.

Orientador(a): Hugo Freitas de Melo.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo MA, 2019.

1. Desafios da Sociologia no Brasil. 2. Ensino de Sociologia. 3. Formação de professores. I. Freitas de Melo, Hugo. II. Título.

**MIRLANE FERNANDES ARAUJO**

**DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Uma análise sobre o Ensino de Sociologia  
no município de Santa Quitéria do Maranhão – MA**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus de São Bernardo – MA, como requisito para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociologia.

Orientador: **Prof.º Ms. Hugo Freitas de Melo**

São Bernardo – MA  
Julho de 2019

**MIRLANE FERNANDES ARAUJO**

**DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Uma análise sobre o Ensino de Sociologia  
no município de Santa Quitéria do Maranhão – MA**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Maranhão- UFMA, Campus de São Bernardo – MA, como requisito para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociologia.

Orientador: **Prof.º Ms. Hugo Freitas de Melo**

Monografia aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.º Ms. Hugo Freitas de Melo (Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

Prof.ª Dr. Ana Caroline Amorim Oliveira (1º Examinador)  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

Prof.º Dr. Thiago Pereira Lima (2ª examinador)  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

São Bernardo – MA  
Julho de 2019

Dedico esta conquista à minha amada família:  
Mistes Fernandes Sousa (mãe), Marina Livia Fernandes  
Santos (filha) e Gleydiston Sousa Santos (esposo).

*“Aquilo que foi criado para tornar instrumento de democracia direta não deve ser convertida em mecanismo de opressão simbólica.”*

Pierre Bourdieu

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ser a fonte de toda minha coragem, sabedoria e perseverança para concluir mais esta etapa de minha vida, por ter me proporcionado esta vivência com saúde, alegrias e sempre me fortalecendo nos momentos difíceis.

A minha abençoada família, obrigado a todos pela motivação nos momentos de dificuldades, em especial a minha mãe Mistes Fernandes Sousa e ao meu esposo Gleydiston Sousa Santos por todo companheirismo e incentivo, esta conquista também é de vocês.

A minhas irmãs, Myrla Fernandes Araújo, Michele Freitas Cardoso, as minhas cunhadas Aline Cristina e Karine Maria, que sempre estão ao meu lado.

Ao meu querido amigo Mateus Moreira, que ao longo dessa jornada sempre esteve disposto a me ajudar, e que foi de grande importância por minha chegada até aqui.

Aos meus amigos e colegas de curso: Hildemeires, Pedro Henrique, Dacileia, Ismael, Betina, Maria de Fátima, Lenilson, Délia, Vanessa, Jonh e a toda a turma 2013.2, por todos os momentos de companheirismo compartilhados com muita amizade.

Ao meu querido orientador, o professor Hugo Freitas de Melo, agradeço por todo o seu profissionalismo e paciência no cumprimento deste trabalho e pela amizade construída. Agradeço pelos ensinamentos, pelos desafios propostos, por cada conversa, pelos bons momentos e sentimentos vivenciados, você contribuiu especialmente para o meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço a todos os demais professores desta instituição que tive o prazer de tê-los como mestres e que contribuíram significativamente para minha aprendizagem. Em especial aos professores: Thiago Pereira Lima, Jossenildo Brussio e Amanda Pereira Gomes, por terem participado de modo especial nesta minha trajetória.

A esta instituição, Universidade Federal do Maranhão, em particular ao campus de São Bernardo – MA, pela qualidade e seriedade na oferta deste curso.

Agradeço a escola Centro de Ensino Médio Cônego Nestor Cunha, do município de Santa Quitéria do Maranhão, pela receptividade e contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, em especial agradeço a participação dos Professores da disciplina Sociologia, pelas informações repassadas em nome desta pesquisa.

A todos, o meu muito obrigada!

## **DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Uma análise sobre o Ensino de Sociologia no município de Santa Quitéria do Maranhão – MA**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios da Sociologia no Brasil, com destaque para o ensino desta disciplina no município de Santa Quitéria-MA, com o propósito de refletir, examinar e analisar os problemas, as dificuldades e os desafios da escassez de profissionais não especializados em sociologia e o seu impacto no ensino da mesma em Santa Quitéria. Nesse sentido, nossa pesquisa foi realizada em dois momentos, sendo eles a análise de documentos e a pesquisa de campo, através de entrevistas com os únicos professores de sociologia da cidade. No primeiro momento nossa intenção foi investigar, historicamente, o lugar da sociologia nos currículos escolares do Brasil, bem como analisar sua oferta e expansão antes e depois da Lei N°. 11.684 de 2008, com destaque ainda para a Lei N°. 13.415 de 2017, na tentativa de compreender as consequências destas reformas para o ensino de sociologia no país. No segundo momento nossa pesquisa foi realizada na única escola de Ensino Médio da cidade, o Centro de Ensino Conego Nestor Cunha, no qual elaboramos uma série de questionários a fim de compreendermos como estes profissionais identificam os diferentes problemas envolvendo o ensino de Sociologia, tanto numa perspectiva macro quanto local.

**Palavras-chave:** Desafios da Sociologia no Brasil. Ensino de Sociologia. Formação de professores.



## ABSTRACT

This paper aims to analyze the challenges of sociology in Brazil, with emphasis on the teaching of this discipline in the city of Santa Quitéria-MA, with the purpose of reflecting, examining and analyzing the problems, difficulties and challenges of professional shortages specializing in sociology and its impact on its teaching in Santa Quitéria. In this sense, our research was carried out in two moments, which were document analysis and field research, through interviews with the only sociology professors in the city. At first, our intention was to investigate, historically, the place of sociology in Brazilian school curricula, as well as to analyze its offer and expansion before and after Law N°. 11,684 of 2008, highlighting also the Law N°. 13,415 of 2017, in an attempt to understand the consequences of these reforms for the teaching of sociology in the country. Secondly, our research was conducted at the only high school in the city, the Nestor Cunha Conego Teaching Center, in which we elaborated a series of questionnaires to understand how these professionals identify the different problems involving the teaching of sociology, both in a macro perspective as well as location.

**Keywords:** Challenges of Sociology in Brazil. Sociology teaching. Teacher training.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Relação do professor com a instituição e com a disciplina.....	41
<b>Tabela 2:</b> Relação de escolaridade e profissão dos pais e avós dos professores.....	42
<b>Tabela 3:</b> A educação básica dos professores.....	43
<b>Tabela 4:</b> Função desempenhada antes de ser professor.....	43
<b>Tabela 5:</b> Renda per capita dos professores entrevistados.....	44
<b>Tabela 6:</b> Distribuição e atribuição dos professores.....	44
<b>Tabela 7:</b> A graduação dos professores.....	46
<b>Tabela 8:</b> Opinião sobre a profissão de professor.....	47
<b>Tabela 9:</b> A escolha da graduação em Sociologia e a influencia dos pais.....	48
<b>Tabela 10:</b> A segunda graduação do professor 3, e a relação com formação em Sociologia .....	49
<b>Tabela 11:</b> Relato dos professores 1 e 2 sobre o exercício da disciplina de sociologia.....	49
<b>Tabela 12:</b> Os métodos dos professores e o posicionamento dos alunos durante as aulas.....	51
<b>Tabela 13:</b> As principais dificuldades para ministrar a disciplina Sociologia.....	53

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Metodologia da pesquisa .....	13
<b>2. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
2.1 A consolidação do Ensino de Sociologia no Brasil: continuidade e descontinuidade.....	14
2.1.1 Primórdios da Sociologia no Brasil: da república ao governo militar.....	14
2.1.2 A Sociologia durante o governo militar à abertura política.....	16
2.1.3 A Sociologia no contexto da Lei nº 13.415/2017.....	18
<b>3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA E A LEI Nº. 11.684/2008: CONQUISTAS E DESAFIOS.....</b>	<b>23</b>
3.1 A formação de professores de sociologia numa perspectiva nacional.....	23
3.1.1 Os cursos para a formação de professores de sociologia antes da Lei nº. 11.684/2008.....	26
3.1.2 Os cursos para a formação de professores de sociologia depois da Lei nº. 11.684/2008.....	29
3.2 Os desafios para a formação de professores de Sociologia e os debates em torno da Lei nº. 13.415/2017.....	32
3.3 Os cursos para a formação de professores de Sociologia no Maranhão.....	34
<b>4 - O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CÔNEGO NESTOR CUNHA NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO.....</b>	<b>38</b>
4.1 – Apresentação e contexto histórico da escola C.E.M. Cônego Nestor Cunha.....	38
4.2 – Contextualização da pesquisa. ....	39
4.3 – O perfil dos professores de Sociologia do C.E.M. Cônego Nestor Cunha.....	40
4.4 – O posicionamento do professor e o ensino de Sociologia no C.E.M. Cônego Nestor Cunha.....	46
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>

## REFERÊNCIAS

## ANEXOS

- Diagnóstico Participativo com os Professores

## 1. INTRODUÇÃO

O presente texto intitulado “Os desafios para a formação de professores de sociologia no Brasil: uma análise sobre o ensino de sociologia no município de Santa Quitéria – MA”, surgiu devido a uma inquietação pessoal no que se refere ao fato de haver pouca disponibilidade de professores de Sociologia no município de Santa Quitéria no Maranhão, fruto da pouca disponibilidade de vagas, bem como devido à presença de profissionais que não são formados na área, mas que assumem os cargos de Sociologia. Esse fato demonstra que há uma negligência com o conhecimento sociológico, uma vez que desvaloriza os cursos para a formação de professores de sociologia, tendo em vista que os estudantes perdem o interesse por essa graduação, devido a sua desvalorização no mercado de trabalho. Além disso, os profissionais já formados nessa área<sup>1</sup> perdem espaço nas escolas, visto que seu cargo (por direito) já fora ocupado por outro profissional, contribuindo para a marginalização da Sociologia como saber escolar. Sendo assim, por causa da riqueza que esse tema proporciona, surgiu a necessidade de investigar a história da Sociologia no cenário educacional brasileiro, com destaque para Santa Quitéria do Maranhão.

Partindo desse pressuposto, nosso texto tem como objetivo analisar o ensino de Sociologia na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, no sentido de compreender quais os principais desafios e dificuldades enfrentados por esta disciplina no ambiente escolar. Nesse sentido, para a realização e fundamentação da nossa pesquisa, investigamos, por meio de fontes escritas, a história da Sociologia enquanto disciplina escolar no Brasil, onde identificamos sua continuidade e descontinuidade dentro da educação básica.

Nosso texto, portanto, foi estruturado em três capítulos, e dividido em dois momentos. O primeiro deles refere-se à análise de textos, no qual, através de uma bibliografia referente ao tema, como Oliveira (2018), Vargas (2011), Ferreira (2018) entre outros, buscamos traçar um percurso histórico referente à presença da Sociologia no cenário da educação básica no país. Em seguida, com base na carga de conhecimento adquirida, partimos para o campo, onde elaboramos um questionário com algumas perguntas direcionadas para os professores de Sociologia da cidade.

---

<sup>1</sup> É válido ressaltar que desde 2010 funciona em São Bernardo – MA, cidade vizinha de Santa Quitéria – MA, um curso de Graduação em Ciências Humanas, com habilitação em Sociologia, curso este ofertado pela Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo, que já formou algumas turmas desde sua existência.

No primeiro capítulo, portanto, abordamos historicamente o ensino de sociologia no Brasil, com o objetivo de compreender como o mesmo foi inserido na educação básica. Assim, fizemos alguns recortes a partir do final do século XIX até a promulgação da Lei nº 13.415/2017, onde mostramos o longo processo de continuidade e descontinuidade dessa disciplina no currículo escolar.

No segundo capítulo, analisamos a formação de professores de sociologia no Brasil, tendo como base a Lei nº. 11.684/2008, que confere a obrigatoriedade da disciplina de sociologia nos três anos do ensino médio. Além disso, problematizamos ainda sobre os impactos da Lei nº 13.415/2017, e as incertezas geradas por ela em relação à sociologia, tanto como disciplina escolar quanto curso superior. E abordamos também sobre os cursos de formação de professores no estado do Maranhão.

No terceiro e último capítulo, problematizamos o ensino de sociologia na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, através de uma pesquisa de campo realizada no Centro de Ensino Cônego Nestor Cunha, única instituição que oferece o ensino médio na cidade. Nosso objetivo na presente pesquisa foi problematizar a presença de professores não formados em sociologia em sala de aula, e a partir daí relacionar essa situação com os debates em torno da formação de professores de sociologia, e também sobre a qualidade do ensino dessa disciplina na referida cidade.

Como resultado, acreditamos que a disciplina de sociologia, desde seus primórdios na educação básica, bem como na educação superior, vem enfrentando vários períodos de continuidade e descontinuidade, sendo este último o mais recorrente. Além disso, percebemos que há vários interesses ideológicos envolvendo a constante ausência da sociologia nas salas de aula, o que se configura um ataque à educação de qualidade, contribuindo, assim, para a alienação dos alunos.

No que compete à cidade de Santa Quitéria – MA, podemos perceber que há uma enorme carência de professores de sociologia, tendo em vista a pouca quantidade de professores existente na cidade, ainda mais quando relacionado com a demanda de aulas, que são distribuídas em três turnos (matutino, vespertino e noturno). Além disso, ainda há o problema da qualidade do ensino e integridade da disciplina de sociologia, uma vez que dos três professores atuantes na escola, somente um possui formação na área, o que visivelmente compromete a qualidade do ensino dessa disciplina, pois partimos do pressuposto de que não há nada melhor do que um professor formado para ministrar, com maestria e eficiência, os

conhecimentos de sua área de formação, ainda mais quando se trata de sociologia, um conhecimento historicamente colocado à margem da educação brasileira.

### **1.1. Metodologia da pesquisa**

Sobre o espaço de pesquisa, a escola escolhida foi o Centro de Ensino Cônego Nestor Cunha, única instituição de Ensino Médio, localizado no Município de Santa Quitéria do Maranhão. Nossa intenção foi, justamente, diagnosticar, através das respostas dos professores, os maiores problemas referentes à Sociologia como disciplina escolar e, a partir de então, compreender como os debates que foram discutidos nos dois primeiros capítulos, se aplicavam na prática. Além disso, temos como objetivo identificar a presença do professor especializado e as condições ou problemáticas locais na oferta da disciplina, gerando assim um importante produto que retrate a situação atual do ensino de Sociologia neste município, e que possa servir como subsídios para possíveis intervenções.

Para a realização desta pesquisa foram aplicados diagnósticos-participativos na forma de questionário com cada um dos professores que ministram a disciplina de Sociologia entre os três turnos na escola. A escolha do método do questionário se justifica por ser um meio de coleta de dados prático e direcionado e também por propor ao entrevistado mais comodidade em analisar e responder as perguntas da pesquisa (CHAER, 2011). O questionário desenvolvido para este trabalho (Apêndice-2) apresentou 15 questões semiabertas bem direcionadas e articuladas para o objetivo da pesquisa, de caráter quantitativo e qualitativo, com questões objetivas e subjetivas. No total, foram aplicados três questionários, correspondentes aos três professores de Sociologia da referida instituição escolar. Os questionários foram entregues impressos pessoalmente aos professores em seu ambiente de trabalho, onde puderam levar para casa e ficar à vontade para responder as questões com atenção. Foi dado um prazo de uma semana para a devolução dos questionários.

O contato estabelecido com a escola se deu de forma amigável, com boa recepção por parte da direção, ao fornecer informações estruturais e funcionais sobre a escola e ao estabelecer o contato direto com os professores de sociologia que seriam entrevistados. O contato com os professores de sociologia também foi amigável e os mesmos, prontamente, aceitaram participar da pesquisa. Junto ao questionário foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice-1) para que os docentes reconhecessem sua participação no projeto.

Os professores responderam devidamente os questionários e não foram identificados problemas quanto a isso, somente uma questão de atraso na entrega do questionário de um professor que passou mais de duas semanas para devolver. Sobre a organização e análises dos dados coletados, optou-se pela utilização de tabelas comparativas relacionando os três professores entrevistados, de modo que ficou possível promover observações objetivas e discutir sobre as informações coletadas.

Assim, somada com a bibliografia estuda, a pesquisa nos proporcionou criar uma nova perspectiva sobre o ensino de Sociologia, ainda mais porque ao perceber as deficiências locais contextualizadas com o cenário nacional, percebemos o quanto esse conhecimento é necessário para a formação humana, mas contraditoriamente o mesmo é desvalorizado e colocado à margem da educação brasileira.

## **2. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL**

### **2.1 A consolidação do Ensino de Sociologia no Brasil: continuidade e descontinuidade**

Desde junho de 2008 a aprovação da Lei nº. 11.684, oficializou o retorno das aulas de Sociologia em todas as séries do Ensino Médio tanto na rede pública como na rede particular em todo território brasileiro. Fala-se em retorno, pois o contexto histórico da implantação e presença da Sociologia no Brasil foi marcado por um constante período de continuidade e descontinuidade. Nesse sentido, tendo por base a Lei nº. 11.684/2008, iremos fazer uma análise sobre os principais períodos envolvendo a institucionalização e consolidação do Ensino de Sociologia no Brasil, no sentido de problematizar e compreender sua importância na educação básica e o seu papel na formação dos alunos.

#### **2.1.1 Primórdios da Sociologia no Brasil: da república ao governo militar**

No século XIX, após o fim da escravidão no Brasil (1888) e a proclamação da república (1889), tivemos uma nova concepção para a educação pública brasileira, onde tínhamos entre os principais objetivos, o direito a educação e, decorrente deste, o exercício da cidadania. Como bem coloca Santos:

Com a instalação da República, no final do século XIX, a reforma educacional pretendida por Benjamin Constant objetivava a formação do adolescente como cidadão da nova configuração política brasileira. Esse agora, cidadão da República, deveria ter como prioridade a educação para o exercício da

cidadania e não apenas como preparatória para o ensino superior. Era necessário formar indivíduos conscientes de seu papel ou função dentro desse novo país. (SANTOS, 2011, p. 19-20).

Nesse sentido, citando Rêses (2004 apud SANTOS, 2011, p. 20), podemos compreender que naquele contexto de mudança, a Sociologia, “[...] era tida como uma disciplina capaz de auxiliar os jovens a pensar uma sociedade baseada não nos valores religiosos, característicos do regime imperial, mas sim na ciência”. Podemos perceber, então, que a perspectiva de conhecimento estava partindo do pressuposto da cientificidade em detrimento do saber religioso. No campo das humanidades não seria diferente, pois o ensino deveria com essa nova proposta de educação, formar indivíduos mais autônomos e conscientes.

Na prática, porém, a Sociologia não foi ofertada como uma disciplina nos currículos oficiais, isso porque com a morte de Benjamin Constant (1891), e as diversas mudanças nas suas propostas educacionais, ela foi retirada do currículo escolar. Isso nos mostra um dos primeiros aspectos de descontinuidade com o qual o saber sociológico fora tratado, descontinuidade esta que se repetiu em muitos momentos da história, como veremos ao longo deste capítulo.

Na Reforma Capanema<sup>2</sup> a Sociologia sofreu uma grande queda, uma vez que ela deixara de ser uma disciplina obrigatória e complementar no ensino secundário. Desse modo, nos currículos escolares, ela foi tratada da seguinte forma, como bem mostra Reses apud Santos:

[...] a Sociologia de caráter preparatório e não-formativo não correspondia aos anseios da nova educação nacional. Essa exclusão vinha de encontro com os objetivos autoritários do governo Vargas que desejava formar um indivíduo com espírito patriótico e cívico, cabendo às disciplinas atender a essa tal realidade. Assim, a formação dos alunos ficaria, então, ao cargo de disciplinas como educação física e militar para os meninos, e educação moral, cívica e religiosa para todos (RÊSES, 2004 apud SANTOS, 2011, p. 20).

Nesse sentido, a Sociologia acabou ficando a margem da educação escolar brasileira, em detrimento das disciplinas como moral e cívica, por exemplo, que se tornaram o novo interesse do governo, e que ainda dialogavam muito bem com a imagem nacionalista e desenvolvimentista que o mesmo queria implementar no país. Assim, seguindo um modelo de educação vinculada ao trabalho (o que vai marcar o governo de Vargas), bem como de

---

<sup>2</sup> Nome atribuído devido às reformas feitas pelo então Ministro da Educação (1934 - 1945), Gustavo Capanema.



exaltação da nacionalidade e patriotismo exacerbado, temos no cenário político a exclusão da Sociologia, e a valorização das disciplinas tidas como essenciais na formação dos sujeitos.

Ainda em relação à citação anterior, conseguimos identificar alguns interesses ideológicos imbricados dentro dessa iniciativa política, pois como veremos adiante, não é novidade, na história da educação brasileira, o ataque direto as disciplinas que, a princípio, possuem a finalidade de promover humanização dos alunos, como é o caso da Sociologia. Logo, tendo como argumento o discurso da industrialização e patriotismo, muito comum em governos autoritários<sup>3</sup>, mais uma vez, a Sociologia passou por um processo de descontinuidade, o que evidência o quanto as nossas políticas públicas temem que o indivíduo adquira o conhecimento necessário para questionar o próprio governo.

Partindo desse pressuposto, sabemos que a Sociologia sempre esteve como uma disciplina a margem do ensino, ou seja, não havia uma definição clara quanto a sua permanência na educação escolar. Para tanto, Ferrari (1983), identifica que:

[...] nas décadas de 1940 e 1950 os acontecimentos políticos, econômicos e sociais tais como: o Estado Novo, o sufrágio popular, a mudança do Distrito Federal, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, além da renúncia de Jânio Quadros e o governo militar a partir de 1964, que corroboraram para que a Sociologia se estabelecesse como uma disciplina acadêmica comprometida com pesquisas e análises sociais, uma vez que ela se tornou, dentre outras Ciências Sociais, um espaço de análise dos fenômenos vivenciados pela sociedade. (FERRARI, 1983 apud FREITAS; FRANÇA, 2016, p. 44-45).

A citação acima nos faz perceber a importância da Sociologia na compreensão desses muitos fenômenos sociais, até porque esta é, de fato, uma das suas muitas propostas, investigar os fenômenos sociais.

No Brasil, desde a proclamação da república tivemos uma série de mudanças na política e na economia brasileira. Testemunhamos o fim da oligarquia café com leite, o nascimento da era Vargas, o período de JK e o regime militar (aqui citando apenas alguns destes marcos). Todos eles acabaram refletindo na própria educação. No entanto, problematizaremos a partir do período militar (1964 - 1985), tendo em vista a política educacional adotada nesse contexto, política esta que afetou diretamente a Sociologia enquanto disciplina escolar.

### **2.1.2 A Sociologia durante o governo militar à abertura política**

---

<sup>3</sup> Podemos citar como exemplo a tentativa de tornar o ensino profissionalizante compulsório, através da Lei 5.692, de 1971, durante o governo militar.

No período de ascensão do governo militar, a aprovação da Lei nº 5.672/1971 contribuiu significativamente para a descontinuidade da sociologia na educação. É sabido que o Regime militar (1964 - 1985) foi um período de grandes mudanças em todos os setores da sociedade<sup>4</sup>. Na educação não seria diferente. Entre os principais eventos desse período, destacamos a Lei nº 5.672, de 11 de agosto de 1971<sup>5</sup>. Essa lei teve como objetivo principal a profissionalização compulsória, o que em tese “eliminará o dualismo<sup>6</sup> entre a escola secundária e técnica, criando então uma escola única e refletindo na negligência do conhecimento sociológico como disciplina<sup>7</sup>”. (SANTOS, 2001 apud SANTOS, 2011, p.21). No entanto, sabemos que os resultados dessa lei não foram satisfatórios, ao contrário, a mesma não solucionou o problema da dualidade educacional. Já no que se refere a Sociologia, essa reforma serviu para excluí-la da grade curricular do ensino médio, onde a mesma regressaria anos depois como componente curricular obrigatório, através da Lei nº. 11.684, de 2008.

No ano 1986, com a instalação da nova república, a Sociologia volta a ser disciplina no ensino médio, porém ainda em caráter facultativo, não sendo obrigatório na grade curricular. Nesse contexto, os estudos eram voltados para as novas economias, políticas e mudanças sociais trazidas com o novo regime, além de temas como o trabalho rural e o papel da mulher. (SARANDY, 2001).

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Brasil passou por um importante reordenamento político-pedagógico na educação básica, fundamentando uma relação entre a formação do Ensino Médio e a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. Foi neste momento que a Sociologia ganhou força como disciplina responsável pelo estudo, compreensão e atuação das práticas sociais e aspectos do trabalho. Devido a esta importância no artigo 36 da LDB é estabelecido que “ao final do ensino médio o educando demonstre (...) domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania” e também podemos ressaltar na página 11 do PCNs

---

<sup>4</sup> Podemos citar, por exemplo, na política, o fim do período democrático (1946) e início do regime militar (1964), o que mudou a estrutura política do país, bem como a criação dos Atos Institucionais (AI). Na economia, o milagre econômico brasileiro. Na educação, a reforma educacional de 1971, entre outros.

<sup>5</sup> De modo geral, foi uma reforma educacional que mudou a estrutura do ensino no país. Assim, o ensino foi organizado em primeiro grau (união do primário e ginásial), com duração de 08 anos; ensino de segundo grau, com 03 a 04 anos de duração. Só era 04 quando tratava também da educação profissional.

<sup>6</sup> Na prática o efeito da Lei foi inverso, pois a profissionalização potencializou ainda mais o dualismo educacional brasileiro, uma vez que não viabilizou uma formação humana e muito menos técnica, evidenciando claramente um ensino estruturado a partir da perspectiva de classe.

<sup>7</sup> É válido ressaltar que não foi só a sociologia que sofreu com essas mudanças, pois as ciências humanas em geral foram excluídas do ensino secundário.

para o Ensino Médio, volume 4, que “o objetivo foi afirmar que conhecimentos dessas disciplinas, Filosofia e Sociologia, são indispensáveis à formação básica do cidadão, seja no que diz respeito aos principais conceitos e métodos com que operam, seja no que diz respeito a situações concretas do cotidiano social” (SARANDY, 2001, p. 03).

Finalmente em 2009, por determinação da Lei nº. 11.684/2008, após um logo período de várias interrupções o ensino de Sociologia se tornou obrigatório para os alunos do Ensino Médio no Brasil. A Sociologia pôde de fato ser considerada uma disciplina necessária para a formação e atuação do indivíduo como cidadão. Essa conquista, no entanto, novamente sofreu um processo de descontinuidade, uma vez que em fevereiro do ano de 2017, determinado pela lei federal nº 13.415, o Ensino Médio passou a ter uma nova configuração, alterando novamente a situação da Sociologia nos currículos para o Ensino Médio.

### **2.1.3 A Sociologia no contexto da Lei nº 13.415/2017**

A atual reforma educacional instituída pela Lei nº 13.415/2017 possui como justificativa principal a criação de um Ensino Médio integral, reduzindo a quantidade exagerada de conteúdos enciclopédicos e promover um ensino mais direcionado de acordo com as habilidades dos alunos e que estes alunos possam ter uma formação técnica ou que possam ser projetados para continuarem numa formação superior condizente com suas afinidades.

Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo: I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas; II - metas quantitativas; III - cronograma de execução físico-financeira; IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas. (BRASIL, 2017).

A nova proposta do ensino médio obedece a uma Base Nacional Comum Curricular - BNCC que agrupou todas as disciplinas por áreas de conhecimento, da seguinte forma: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além destes

componentes a nova lei sugere a criação de itinerários formativos, que consistem em diferentes arranjos curriculares de acordo com o contexto local (incluindo neste caso as formações técnicas profissionalizantes) e as possibilidades do sistema de ensino em ofertar estes itinerários (BRASIL, 2017).

Pela implantação de um Ensino Médio Integral, a lei nº 13.415/2017, estabelece que a carga horaria deve ser progressivamente ampliada para 1400 horas anuais, e que num prazo de 5 anos já esteja sendo ofertada no mínimo 1000 horas articulada a educação profissional. Desta forma a grade curricular ficou dividida de duas formas, a primeira compreendendo 60%, que compreendendo as quatro áreas do conhecimento de acordo com a proposta da BNCC, e que deverá ser comum a todos os alunos do Ensino Médio, e a segunda parte, compreendendo os 40%, que deverá ser destinado aos itinerários formativos incluindo a formação profissional.

Em relação aos itinerários formativos, a nova reforma propõe que os alunos poderão escolher aquele que possuem maior afinidade, dependendo das ofertas da escola. Em razão disso será conferido maior autonomia para os alunos decidirem qual linha de conhecimento que irão seguir, promovendo assim a oportunidade de testarem suas habilidades durante todo o Ensino Médio e com isso poderão definir seus caminhos profissionais com maior confiança. Isso seria uma forma de flexibilizar o currículo e, desse modo, atender aos interesses dos alunos do Ensino Médio.

Sobre a disciplina de Sociologia, que antes era um componente curricular obrigatório no Ensino Médio, através da Lei nº. 11.684/2008, agora já não é mais, pelo menos não como antes. Assim, tivemos mais uma vez uma descontinuidade dentro do quadro educacional brasileiro, visto que esta foi colocada de novo à margem do ensino, pois as únicas disciplinas obrigatórias durante todo o ensino são Português e Matemática, como consta na Lei 13. 415, de 2017<sup>8</sup>. Desse modo, juntamente com as disciplinas de Filosofia, História e Geografia, a Sociologia faz parte dos saberes que compõem a área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, portanto, não são mais obrigatórios dos três anos do ensino médio.

De acordo com a nova reformulação, a Sociologia passa a ser um conhecimento que poderá ser estudado e praticado juntamente com outros saberes, de forma que não assumirá, necessariamente, o formato de uma disciplina autônoma e obrigatória como vinha sendo lecionada anteriormente. Isso implica dizer, que disciplinas como Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia serão obrigatórios nos currículos escolares sob a forma de estudos e práticas, como bem consta no “Art. 35 A - § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao

---

<sup>8</sup>Art 35ª - § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (BRASIL, 2017).

ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. (BRASIL, 2017). Essa expressão “estudos e práticas” foi explicitada por Maria Helena Guimarães de Castro<sup>9</sup> apud Ferratti (2018), onde, em resposta a Revista Nova Escola, vai dizer que:

[...] “não é o componente curricular dessas disciplinas que é obrigatório e, sim, o ensino de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Arte em atividades que podem ser dentro de uma disciplina específica ou em projeto interdisciplinar” (Revista Nova Escola, 2017 apud FERRATI, 2018 p. 30).

Deste modo, podemos observar que o campo da Sociologia pode sofrer uma perda de espaço, tendo vista sua aparente desvalorização e não obrigatoriedade<sup>10</sup> nos três anos do Ensino Médio, o que pode levar a uma negligência ou falta de reconhecimento da sua importância para a formação do aluno, tendo em vista a referida reforma e o modo como esse conhecimento fora tratado; bem como a descontinuidade histórica com que foi tratada a Sociologia nos currículos do Ensino Médio no Brasil.

Neste sentido, podemos perceber que tanto a disciplina Sociologia quanto os profissionais específicos desta área podem ser prejudicados com a nova configuração do Ensino Médio, uma vez que o Ensino dessa disciplina fica em uma situação pouco favorecida com a nova reforma, tendo em vista que a mesma contribuiu para sua descontinuidade dentro da educação. No que se refere ao conhecimento em si, e a importância deste para a formação dos alunos, podemos compreender que:

Ao se refletir sobre o lugar da Sociologia na educação básica, é possível afirmar que suas aulas proporcionam ao estudante o contato com ferramentas de potencial análise do mundo de forma crítica e abrangente. A “desnaturalização” e o “estranhamento”, métodos de observação desta ciência social, permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um amplo processo histórico e social. (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 50).

Assim, toda essa riqueza de temas e conteúdos, bem como os escritos e teorias sobre os mesmos, estariam comprometidos, tendo em vista que a Sociologia com sua perspectiva de “estudos e práticas” não tem ainda um lugar claro e definido dentro dos currículos educacionais, o que prejudica diretamente do modo como esse ensino será ministrado. Já no que se refere à formação de professores, compreendemos que:

---

<sup>9</sup> Ex-secretária do MEC, foi uma das principais responsáveis pela Reforma do Ensino Médio, em 2017.

<sup>10</sup> Segundo Ferreira e Santana “Observemos que, na nova Lei, está prevista apenas a obrigatoriedade de ‘estudos e práticas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia’. Com isso, não se determina a obrigatoriedade das disciplinas, mas apenas de seus estudos, deixando em aberto a preocupante possibilidade de como esses conteúdos serão desenvolvidos”. (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 49).

[...] por não estar definida a maneira como os conteúdos destas áreas serão abordados no ensino médio, existe margem para que professores não especializados possam lecionar aulas que não fazem parte da sua formação, comprometendo decisivamente a qualidade de ensino, principalmente na rede pública (PENNA, 2017 apud FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 50).

Ainda segundo os autores, no que se trata a formação dos professores, a referida reforma acaba prejudicando os cursos para a formação de profissionais especializados, uma vez que:

A Sociologia, que ao longo das últimas décadas enfrentou problemas com a insuficiência de profissionais especializados, poderá ter um agravamento desse quadro como um dos impactos da reforma, haja vista o desestímulo da formação decorrente da falta de oportunidades para os sociólogos licenciados. (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 51).

Partindo desse pressuposto, ainda podemos concluir que, uma vez desvalorizado enquanto saber – seja na educação básica, seja nos cursos superiores – a Sociologia, é duplamente afetada com a nova reforma educacional<sup>11</sup>. Essa nova lei de 2017 é visivelmente um retrocesso para a Sociologia, ainda mais quando se fala de conquistas que a mesma vinha alcançando nos últimos anos.

Em relação à Lei nº 13.415/2017, em comparação com a Lei nº 11.684/2008, que garantia a obrigatoriedade da Sociologia nos três anos do Ensino Médio, percebemos que o que ainda prevalece é a descontinuidade do conhecimento sociológico como componente curricular regular. Essa descontinuidade prejudica todos os envolvidos, em especial os alunos, uma vez que:

Em relação à Sociologia, a reforma revigora uma série de incertezas que podem interromper um período de estabilidade da disciplina, dificultando um trajeto exitoso que vem sendo alcançado Brasil adentro no que se refere à produção de um campo de conhecimento direcionado, em última instância, à emancipação do aluno. ( FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 51).

Com isso, podemos compreender que a Lei nº 13.415/2017, responsável por modificar à Lei nº 11.684/2008, no que se refere ao ensino de Sociologia, em nada contribuiu para a continuidade desta enquanto componente curricular obrigatório na educação básica. Ao contrário, a referida lei tornou o ensino de Sociologia uma possibilidade, um campo de incertezas que à curto prazo, acaba prejudicando o ensino de sociologia; e a longo prazo, pode

---

<sup>11</sup> Nesse contexto, a disciplina volta a ser ameaçada depois de quase uma década de continuidade na educação básica. Todo o avanço conquistado em torno das práticas de ensino, com a construção de um repertório significativo de experiências, recursos e livros didáticos que facilitam a recontextualização dos conteúdos de uma linguagem acadêmica para o estudante do ensino médio, pode sofrer uma interrupção que influenciará a estabilidade e a afirmação necessárias ao desenvolvimento da disciplina (HANDFAS, 2017 apud FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 51).

contribuir, quem sabe, para sua total exclusão dos currículos oficiais do Ensino Médio, episódio este já existente na história.

Portanto, Nesse primeiro momento, nosso objetivo foi analisar historicamente a trajetória da Sociologia no contexto da educação brasileira, no qual procuramos, a partir dos principais recortes históricos, problematizar os avanços e retrocessos que essa disciplina trilhou, e ainda trilha, a fim de se consolidar como um saber válido e indispensável para a formação dos alunos. Desse modo, podemos perceber que as dificuldades ainda existem, e que a nova reforma educacional é um lugar de possibilidades e incertezas, e que a Sociologia ainda tem muitos desafios pela frente, tendo em vista o reconhecimento de sua importância e validade para a construção de uma mentalidade reflexiva, crítica e autônoma dos cidadãos.

### **3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA E A LEI Nº. 11.684/2008: CONQUISTAS E DESAFIOS**

Falar sobre a formação de professores de Sociologia é pensar numa série de conquistas, em especial depois da promulgação da Lei nº. 11.684/2008, onde tivemos a partir da sua promulgação a criação de novos cursos com formação nessa área. Nessa perspectiva, é oportuno falar de desafios, tendo em vista que apesar da aparente conquista, tínhamos no cenário educacional brasileiro uma expansão tardia dos cursos de formação em Sociologia<sup>12</sup>, o que vai gerar um problema em relação à oferta de professores para suprir a demanda do Ensino Médio.

Nesse sentido, nossa análise terá como ponto de partida compreender, numa perspectiva macro, os principais debates envolvendo a formação de professores de Sociologia no país, onde analisaremos três momentos distintos, sendo dois deles relacionados à Lei nº. 11.684/2008, no sentido de compreender como era a formação na área de Sociologia antes da sua obrigatoriedade nos três anos do Ensino médio, e como ficou a formação de professores posterior a promulgação da referida lei; e ainda, analisaremos quais os impactos a partir da nova lei, Lei nº. 13.415/2017 para a formação docente na área de Sociologia.

Partindo desse pressuposto, para finalizar as discussões do presente capítulo, analisaremos a formação de professores numa perspectiva micro, no qual teremos como ponto de partida o Estado do Maranhão, a fim de compreendermos como todas essas configurações – antes e depois da Lei nº. 11.684/2008 – influenciou nos cursos de formação de professores de Sociologia.

#### **3.1 A formação de professores de sociologia numa perspectiva nacional**

Como bem já falamos na introdução desse capítulo, nossa análise terá como ponto de partida a Lei nº. 11.684/2008, no qual problematizaremos a formação de professores de Sociologia antes e depois da sua promulgação, para em seguida analisarmos esse mesmo problema sobre a perspectiva da Lei nº. 13.415/2017, recente reforma educacional que afeta direta e indiretamente nos cursos de formação de professores de Sociologia.

---

<sup>12</sup> Utilizaremos esse termo para nos referirmos aos cursos de Ciências Sociais, bem como de Ciências Humanas, bem como aos demais cursos, sejam eles presenciais ou à distância, que tenham o objetivo formar professores de Sociologia.



Sabemos que até a promulgação Lei nº. 11.684/2008, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos três anos do Ensino Médio, a Sociologia havia passado por vários momentos de continuidade e descontinuidades no contexto da educação pública no país. Por esse motivo, os cursos de formação de professores também sofrem com todo esse processo, tendo em vista que não há como investir em um curso cuja permanência na educação básica é algo incerto e instável. Por isso, não há como pensar nos cursos com formação em Sociologia desvinculado do debate sobre as reformas educacionais, tendo em vista que não há motivos para investir em um curso que não terá mercado de trabalho.

A história do ensino superior no Brasil é algo recente, tendo em vista que na colônia brasileira, por exemplo, não era permitido a instalação de instituições de nível superior, uma vez que estas existiam apenas na metrópole e, desse modo, quem quisesse cursá-las (a exemplo dos filhos dos colonos que tivessem bolsas) teria que ir até Portugal. Nesse sentido, podemos falar, de fato, em ensino superior no Brasil a partir dos anos de 1920, quando é criada a Universidade do Rio de Janeiro<sup>13</sup>.

Partindo desse pressuposto, nos reportemos para Reforma Universitária de 1968<sup>14</sup>, reforma esta que modificou o cenário dos cursos superiores no Brasil. Assim, apesar dos anos de 1970 haver a expansão do ensino superior no país, este processo vai ocorrer com maior aceleração nos anos de 1990<sup>15</sup>. No que tange a Sociologia, podemos observar que apesar do processo de expansão do ensino superior já existir desde a década de 1970, esta não ocorreu na mesma velocidade. Segundo Oliveira (2018):

[...] a expansão das licenciaturas em Ciências Sociais/Sociologia é algo que possui uma aceleração recente, de tal modo que podíamos afirmar que houve nessa área uma “expansão tardia”, se compararmos com o cenário mais amplo

---

<sup>13</sup> “Durante a década de 1920 é que teremos realmente a primeira instituição de ensino superior com o status de universidade. A Universidade do Rio de Janeiro foi inaugurada em 1920, tendo a partir deste momento leis que regulamentassem a criação e o funcionamento de instituições de ensino superior nos Estados. Com a criação do Ministério da Educação houve uma centralização política e administrativa, sendo acrescido aos exames de vestibulares uma prova de idoneidade moral com a edição do Decreto 19.851 de 1931”. (ANTUNES et al., [201-?], p. 03)

<sup>14</sup> “O ensino superior brasileiro sofreu diversas reformas em sua estrutura, entre elas podemos destacar a Reforma Universitária de 1968. Entre as principais características do ensino superior está o processo de privatização das instituições e o desenvolvimento de instituições de pequeno porte”. (ANTUNES et al., [201 ?], p. 02)

<sup>15</sup> “A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já eivada das orientações neoliberais, favoreceu consideravelmente a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores. São definidas diretrizes gerais para os cursos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, estabelecendo um patamar comum, assegurando flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino. A regulamentação da LDB intensificou a reforma do ensino superior brasileiro, expressando a correlação entre Estado e sociedade civil num contexto de ajustes neoliberais em consonância com as orientações e acordos firmados com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI)”. (AGAPITO, 2016, p. 125).

do Ensino Superior no país, impulsionada pelo retorno da Sociologia ao currículo escolar. (OLIVEIRA, 2018, p. 26).

A presente citação deixa evidente o fato de que antes da Lei nº. 11.684/2008, tínhamos uma formação de profissionais na área de Sociologia, porém, se comparado com os outros cursos, esta ainda caminhava em ritmo lento. Porém, com o advento da referida lei, tivemos uma maior expansão dos cursos com habilitação nessa área, expansão esta, segundo o autor, caracterizada como “tardia”, fazendo alusão justamente ao fato desses cursos estarem em desvantagem em relação aos demais.

Com base em Oliveira (2018), é válido ressaltar que a disciplina de Sociologia surgiu no Brasil<sup>16</sup> antes da criação dos cursos nessa área, como os de Ciências Sociais, que surgiram na década de 1930, como bem coloca o autor:

É na década de 1930 que surgem os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, primeiramente a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), logo em seguida na Universidade de São Paulo (1934) e na Universidade do Distrito Federal (1935). (OLIVEIRA, 2018, p. 28).

Os cursos de Ciências Sociais vão crescer gradativamente, em especial entre os anos de 1954 e 1976, onde foram criados novos cursos de graduação nessa área. O problema é que nesse contexto, a Sociologia não era uma disciplina obrigatória na educação básica<sup>17</sup>, com o exemplo da Reforma Capanema de 1942, bem como a Lei nº. 5.692/1971. Sendo assim, como pensar a relação entre a formação de professores de Sociologia, com a expansão dos cursos de Ciências Sociais e a não obrigatoriedade da Sociologia nos currículos escolares?

Na verdade, os cursos de Ciências Sociais não conferia exclusiva formação em Sociologia, uma vez que possibilitava o egresso do professor em outras áreas, como bem mostra Oliveira (2018):

[...] mesmo considerando-se a ausência da Sociologia no currículo escolar, a Licenciatura em Ciências Sociais ainda era compreendida como um curso que habilitava seu egresso para o ensino de diversas disciplinas escolares, como História e Geografia e posteriormente Organização Social e Política no Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica. (OLIVEIRA, 2018, p. 30).

---

<sup>16</sup> Segundo Oliveira (2018) foram com a Reforma Rocha Vaz (1925) e Francisco Campos (1931) que a Sociologia se consolidou no currículo escolar.

<sup>17</sup> “1942-1961, vigência da Reforma Capanema, a sociologia é excluída do currículo, não aparecendo como obrigatória nem no curso clássico nem no científico, segmentos alternativos que constituíam o colegial, segunda parte do ensino secundário; a sociologia aparecia no curso normal como sociologia educacional; 1961-1971, com a Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), a disciplina passa a figurar como componente optativo no curso colegial, entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes; também podia ser de caráter geral ou específico (sociologia de...); 1971-1982, a disciplina, embora optativa, apresenta dificuldade para ser incluída, por conta do preconceito reinante em que se confundia sociologia com socialismo”. (BARBOSA; MENDONÇA, 2002 apud MORAES, 2003, p. 07).

Isso explica o porquê dos cursos de Ciências Sociais estarem crescendo mesmo não sendo a Sociologia uma disciplina obrigatória na educação básica. Esse fato evidencia que apesar desse aspecto positivo na expansão dos cursos de níveis superiores em todo o país, com o exemplo das Ciências Sociais, essa conquista não se aplicava para a formação de professores de Sociologia, uma vez que na prática, os professores exerciam outros cargos, tendo em vista a não obrigatoriedade dessa disciplina nas escolas<sup>18</sup>.

### **3.1.1 Os cursos para a formação de professores de sociologia antes da Lei nº. 11.684/2008**

A Lei nº. 11.684/2008, que garantiu a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos três anos do Ensino Médio, vai alterar significativamente a quantidade dos cursos para a formação de professores nessa área, tendo em vista a necessidade de profissionais para dar conta da demanda existente nas escolas de todo país. Partindo desse pressuposto, antes da referida Lei, a disciplina de sociologia não possuía uma regularidade nos currículos escolares, passando por vários períodos de instabilidades e exclusão. Para tanto, no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, houve uma significativa expansão dos cursos superiores<sup>19</sup>, e entre eles os de Ciências Sociais, surgidos ainda na década de 1930.

Em todas as regiões do país a expansão desses cursos aconteceu em períodos diferentes, como bem mostra Oliveira (2018):

Até o ano de 2007 havia no Brasil 66 Licenciaturas presenciais em Ciências Sociais/Sociologia. Na região sudeste os primeiros cursos começaram na década de 1930, já no sul e no nordeste na década seguinte, nos anos de 1950 no norte, e apenas nos anos de 1960 no centro-oeste. (OLIVEIRA, 2018, p. 30)

Podemos perceber que a expansão desses cursos não aconteceu de forma homogênea. Ao contrário, os mesmos tiveram um crescimento diferente em cada região do país. Assim, cada região possuiu sua particularidade, tanto no que se refere à criação e expansão desses cursos, quanto na relação destes com a educação básica. Como nosso objeto de estudo está direcionado para o Maranhão, com ênfase na cidade de Santa Quitéria, analisaremos a região Nordeste.

---

<sup>18</sup> É sabido, como falamos anteriormente, que a Sociologia não era uma disciplina obrigatória, mas em alguns casos, esta poderia ser ministrada nas escolas. Porém, devido esse caráter de não obrigatoriedade, acreditamos que não há como falar de conquistas para a formação de professores de Sociologia, uma vez que a expansão dos Cursos de Ciências Sociais abrangia outras áreas, ou seja, não era uma formação específica em Sociologia, portanto, não podemos configurar como uma conquista, de fato.

<sup>19</sup> Quando falamos de expansão, estamos nos referindo tanto aos cursos de instituições públicas quanto aqueles das instituições privadas.

Apesar de já existir como componente escolar na educação básica<sup>20</sup>, a criação do primeiro curso de Ciências Sociais no Nordeste vai acontecer no ano de 1938, como bem coloca Oliveira (2017):

No Nordeste o primeiro curso de Ciências Sociais ocorreu em Salvador, cuja autorização para criação ocorreu com o Decreto lei n. 421 de 11 de maio de 1938, junto de outros cursos – filosofia, matemática, física, química história natural, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, pedagogia – funcionando junto à Faculdade de Filosofia da Bahia, e a publicação referente ao funcionamento do curso, ocorreu em 20 de outubro de 1942, com o Decreto 10.664. Posteriormente nos anos de 1950 foi criado um segundo curso em Recife, tendo o seu início efetivo em 1952, junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Recife. A partir dos anos de 1960 e 1970 houve uma considerável profusão de cursos nessa área, havendo ainda a abertura de cursos nos anos de 1980 e 1990, esses cursos inicialmente visavam formar unicamente bacharéis. Outra tendência bastante geral nesse período é a concentração quase que exclusivamente junto às capitais, sendo a única exceção o Estado da Paraíba, que contava na cidade de Campina Grande com o curso em funcionamento desde 1962, ao passo que na sua capital o curso apenas surge nos anos de 1990, embora já possuísse um mestrado em Sociologia desde 1979. (OLIVEIRA, 2017, p. 82)

Percebemos, então, que há um movimento de expansão das Ciências Sociais no Nordeste no ano de 1938, embora a Sociologia já exista como disciplina nessa região. A princípio, esses cursos eram poucos, porém, com a reforma universitária de 1968, compreendendo os anos de 1970, tivemos uma expansão maior desses cursos, bem como de pesquisas de pós-graduação.

Oliveira (2014) nos fornece as bases para montarmos uma tabela, na qual mostraremos a existência dos cursos de Ciências Sociais na região do nordeste antes da promulgação da A Lei nº. 11.684/2008. Segundo o autor teremos a existência dos seguintes cursos nos respectivos estados do nordeste<sup>21</sup>:

---

<sup>20</sup> A presença da Sociologia na educação básica já acontecia antes no Nordeste, como é o caso do Atheneu Sergipense, em Aracaju, no ano de 1892, onde teve início a disciplina Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio, alocada no 6º e último ano do curso de humanidades. Além disso, nos anos de 1920, a Sociologia foi lecionada nos cursos complementares, voltados para a formação das elites, uma vez que se destinava àqueles que pleiteavam ingressar nas Universidades. Também ocorreu uma forte presença da Sociologia nos cursos de formação de professores junto às chamadas Escolas Normais, também conhecidas como ‘magistério’, tendo sido a de Pernambuco uma das primeiras do país a introduzir tal disciplina já em 1928, durante as Reformas promovidas por Estácio Coimbra (1872-1937), cujo Plano de Reforma de Ensino foi incumbido a Antônio Carneiro Leão, que integrava o movimento da Escola Nova. (OLIVEIRA, 2014, p. 286-287).

<sup>21</sup> O autor não nos fornece as datas precisas sobre a criação dos referidos cursos. Porém, o mesmo vai nos dizer que, “[...] todos os cursos dessa região encontram-se em instituições universitárias públicas, majoritariamente em IES federais, com exceção dos três cursos existentes no Ceará e um no Rio Grande do Norte. Seis desses cursos (42%) surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, e três nos anos 2000 (21%), o que indica que são cursos predominantemente jovens, na década de 1970 nenhuma licenciatura na área foi criada, apesar de que é importante ressaltar que alguns cursos apesar de antigos só passaram a ofertar a habilitação da licenciatura posteriormente, como é o caso da UFPE, cujo curso de Ciências Sociais data da década de 1950, porém a

**Quadro 1: Relação de cursos de Ciências Sociais na região nordeste do país.**

<b>Cursos existentes na região nordeste antes da Lei nº. 11.684/2008</b>	
<b>Estado</b>	<b>Instituição</b>
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Bahia	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Ceará	Universidade Federal do Ceará – UFC
Ceará	Universidade Estadual do Ceará – UECE
Ceará	Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA
Ceará	Universidade Estadual do Cariri – URCA
Maranhão	Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Piauí	Universidade Federal do Piauí - UFPI
Rio Grande do Norte	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe – UFS

Fonte: OLIVEIRA (2014)

Para tanto, com base nos dados mostrados por Oliveira (2014), podemos afirmar, segundo o autor que:

[...] Tais cursos ofertavam conjuntamente no ano de 2008 um total de 663 vagas para a formação de professores em Ciências Sociais, seja por meio de cursos exclusivamente de Licenciatura em Ciências Sociais, ou de outros que

---

licenciatura só surge meio século depois, o que pode ser explicado, em parte, devido ao fato de que quando o curso foi criado a Sociologia já não era mais uma disciplina obrigatória no currículo escolar”. (OLIVEIRA, 2018, p. 32).

ofertavam a habilitação Licenciatura e Bacharelado conjuntamente, ou ainda a Licenciatura como formação complementar ao bacharelado. Havia nesse período três dessas universidades em que ocorria a oferta exclusivamente do curso de Ciências Sociais com a habilitação do bacharelado: Universidade de Fortaleza, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal Rural de Pernambuco. (OLIVEIRA, 2014, p. 289).

Portanto, percebemos que em muitos estados do Nordeste há um quantitativo considerável de cursos de Ciências Sociais. No entanto, sabemos que desde a LDB de 1996 a Sociologia não é uma disciplina obrigatória. Assim, não podemos atribuir à existência desses cursos como uma conquista para a formação de professores na área de Sociologia, pois há uma desvalorização do ensino dessa disciplina nas escolas. No entanto, com o advento da Lei nº. 11.684/2008, teremos um crescente aumento dos referidos cursos e, desse modo, uma expansão na formação de professores de Sociologia. Por isso, analisaremos a seguir como a obrigatoriedade da Sociologia nos três anos do Ensino Médio irá afetar na formação de profissionais nessa área de conhecimento.

### **3.1.2 Os cursos para a formação de professores de sociologia depois da Lei nº. 11.684/2008**

A Lei nº. 11.684/2008 trouxe para os cursos de formação de professores de Sociologia uma nova possibilidade, uma vez que contribuiu diretamente na expansão dos cursos superiores dessa área, somando positivamente para esse campo de atuação<sup>22</sup>. Com essa nova mudança, foi necessário expandir em todo o país o número de cursos existente e criar novos como o curso de Ciências Humanas/Sociologia, por exemplo, pois havia a necessidade de novos profissionais para suprir a demanda que o ensino necessitaria. No entanto, sabemos que essa instabilidade dentro do cenário educacional brasileiro causou muitos prejuízos a Sociologia, entre eles a sua expansão tardia, bem como uma demanda de profissionais não formados trabalhando em sala de aula. Por isso, não podemos pensar a referida lei como uma solução para todos esses prejuízos, uma vez que uma simples reforma não apaga uma história de sucessivos ataques a Sociologia.

---

<sup>22</sup> A Lei nº. 11.684/2008 deu maior legitimidade à disciplina Sociologia no currículo escolar, ofertando maior clareza com relação ao campo de atuação do licenciado, desse modo, ocorre uma ‘expansão tardia’ de tais cursos, se considerarmos como referência o movimento mais intenso que se deu no Ensino Superior brasileiro a partir dos anos de 1990 principalmente. (OLIVEIRA, 2018, p. 33)

Após o advento da Lei nº. 11.684/2008, em todo o país, há a expansão de novos cursos de formação de professores de Sociologia. Segundo Oliveira (2018), teremos o seguinte crescimento:

**Quadro 2: Relação da expansão de formação de professores de Sociologia**

<b>Criação de cursos em todo o país após a Lei nº. 11.684/2008</b>	
<b>Região</b>	<b>Expansão das IES de Ciências Sociais</b>
Sudeste	Foram criados 13 novos cursos, um aumento de (56%) no total, sendo (54%) deles em IES públicas.
Sul	Foram criados 15 novos cursos. Nessa região o aumento foi mais significativo que na região Sudeste, majoritariamente em instituições universitárias (66%). No geral, (26%) dos cursos foram em IES públicas, o que demonstra um avanço no setor privado.
Nordeste	Foram criados 15 novos cursos, incluindo os de Ciências Humanas/Sociologia na UFMA, nos campi de Bacabal, Imperatriz e São Bernardo em (2010), e da licenciatura em Sociologia como possibilidade no segundo ciclo junto ao bacharelado em Humanidades da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira nos campi de Redenção e São Francisco Canide (2014).
Norte	Não houve a criação de nenhum curso presencial de formação de professores de Sociologia, ainda que tenha surgido 18 cursos, cada um com vários polos na modalidade EAD.
Centro-Oeste	Foram criadas novas licenciaturas em Ciências Sociais junto às seguintes IES: Universidade Federal da Grande Dourados (2008), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nos campi de Amanbaí (2008) e Paranaíba (2009), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2009), Universidade Federal do Mato Grosso (2010), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás nos campi de Anápolis e Formosa (2013) e a Universidade Federal de Goiás no campus de Catalão (2009).

Fonte: OLIVEIRA (2018)

Tendo por base a tabela anterior, podemos compreender que cada região possui uma expansão dos cursos de formação de professores de Sociologia, o que vai variar entre

instituições de ensino pública e privada, bem como nas modalidades presencial e a distancia. Além disso, a tabela deixa evidente que houve um considerável aumento de cursos na região Nordeste, ocupando o ranking como região que mais expandiu em temas de curso após 2008, seguida das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No caso da região Norte, não tivemos a criação de cursos presenciais, apenas cursos na modalidade EAD. De modo geral, podemos concluir que:

[...] apesar da heterogeneidade existente, todas as regiões foram impactadas pelo retorno da Sociologia no currículo da Educação básica, ainda mais que de modos distintos. Essa expansão, ainda que tardia, pode indicar mudanças significativas a médio e longo prazo com relação a uma das questões mais relevantes no Ensino de Sociologia na escola: a presença massiva de professores com outras formações acadêmicas lecionando Sociologia, sem embargo, as reais possibilidades disso se efetivar se vincula diretamente às condições objetivas postas bem como ao desenvolvimento de um maior diálogo entre as instituições formadoras e as secretarias de educação. (OLIVEIRA, 2018, p. 36).

Portanto, em ambos os cenários, antes e depois da Lei nº. 11.684/2008, temos duas realidades que envolve a formação de professores de Sociologia. Na primeira temos a criação de cursos de Ciências Sociais e, a partir de 1970 sua expansão nas IES públicas e privadas, com destaque também para as pesquisas de pós-graduação. No entanto, no que compete a educação básica, temos uma série de descontinuidade quanto a presença da Sociologia no Ensino Médio, marcado em especial pela não obrigatoriedade desta nos currículos escolares. Assim, teremos mais duas realidades distintas: por um lado os cursos de Ciências Sociais estavam crescendo, mas não havia mercado de trabalho; por outro, os profissionais formados nessa área acabam ministrando outras disciplinas, tendo em vista que o curso não se limitava apenas a Sociologia.

Já em relação ao cenário depois de 2008, temos um crescente aumento dos cursos de formação de professores de Sociologia em todo o país, com destaque para o Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No entanto, em relação a outras áreas do conhecimento, essa expansão será considerada como tardia, pois a realidade da educação básica não permitiu que fosse criada uma identidade definida para a Sociologia, estando ela fragmentada<sup>23</sup>, seja no campo de pesquisa, seja na educação básica. Com isso, depois de 2008, temos um movimento

---

<sup>23</sup> Precisamos problematizar a noção de conhecimento escolar de sociologia, posto que, no momento atual, o seu ensino ainda não produziu os impactos de contribuição esperados ao sistema escolar, precisamente porque sua proposta epistemológica pode estar desligada e fragmentada (FERREIRA, 2011, p.29 apud GOMES, 2017, p. 88).



de expansão de pesquisas direcionadas para a Sociologia, onde teremos uma maior compreensão sobre seus métodos e estudos.

Partindo desse pressuposto, em meio a esse cenário de continuidade e descontinuidade, é válido ressaltar que mesmo diante das dificuldades tivemos um crescente aumento nos cursos de formação de professores de Sociologia, situação esta favorável para a educação. Porém, com a Lei nº. 13.415/2017 a Sociologia perde seu caráter de obrigatoriedade dos três anos do Ensino Médio e, mais uma vez, fica a margem da educação básica.

### **3.2 Os desafios para a formação de professores de Sociologia e os debates em torno da Lei nº. 13.415/2017**

A LDB de 1996 (Lei nº. 9.394, de 1996), abriu uma nova perspectiva para a reintrodução da Sociologia nas matrizes curriculares para o ensino médio, tendo em vista o afastamento da mesma durante décadas da educação básica. Nesse sentido, ela trazer em seu texto que os conhecimentos de Filosofia e Sociologia são fundamentais para o exercício da cidadania<sup>24</sup>. O Problema em relação ao ensino de Sociologia foi que este, assim como Filosofia, não teve uma definição clara de como deveria ser ensinado e, desse modo, acabou enveredando para a modalidade interdisciplinar, como uma nova proposta da referida lei. Dessa forma, “Essa opção terminou esvaziando sua especificidade e seu caráter de obrigatoriedade, e, conseqüentemente, enfraqueceu as pretensões da sociologia em se consolidar como campo autônomo no Ensino Médio (EM)”. (OLIVEIRA, 2009 apud FILHO; FILHO, 2018, p. 83).

Em 2001, uma nova tentativa de reintroduzir a Sociologia no Ensino Médio foi iniciada, uma vez que a modalidade interdisciplinar gerou uma série de debates envolvendo essa disciplina. Dessa vez a tentativa partia do Deputado Federal Padre Roque, que através de um projeto de lei tentava reverter a situação que se encontrara a Sociologia na educação básica. Infelizmente, a mesma fora aprovada, porém vetada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que utilizou como justificativa o argumento de que o país não possuía profissionais para suprir a demanda que a educação necessitaria e, desse modo, esta lei causaria prejuízos para os cofres públicos.

---

<sup>24</sup> O art. 36, §1º, inciso III, da LDB de 1996 vai trazer em seu texto a importância do domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessárias para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1996 apud FILHO; FILHO, 2018, p. 83).

A Sociologia volta, então, para o cenário educacional brasileiro como disciplina obrigatória nos três anos do Ensino Médio em 2008, depois de décadas de continuidade e descontinuidade. Essa nova mudança foi uma conquista para esse campo de saber, pois era uma vitória depois após anos de luta. No entanto, essa aparente conquista durou menos de nove anos, pois em 13 de Fevereiro de 2017 foi promulgada a Lei nº. 13.415, que alterou a educação básica e afetou novamente a disciplina de Sociologia. Partindo desse pressuposto, cabe perguntar, como fica a formação de professores de Sociologia após essa lei? E por que é tão importante a presença da Sociologia na educação básica?

Segundo Ferreira e Santana (2018):

O uso de medida provisória como instrumento de aplicação de mudanças estruturais em políticas públicas expõe um governo com dificuldades de diálogo junto à sociedade. Reside nesse aspecto a primeira característica antidemocrática da reforma do ensino médio. Sua aprovação no Congresso também ocorreu de maneira acelerada, impedindo uma discussão mais profunda entre estudantes, professores e profissionais da área educacional a fim de avaliar os reais impactos desta medida. (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 43).

O que podemos perceber, em um primeiro momento, foi que a medida provisória, que depois virou lei, não partiu de um diálogo com a sociedade<sup>25</sup>. Ao contrário, esta utilizou a justificativa de precariedade da educação nacional<sup>26</sup> para poder utilizar o poder máximo do executivo e, desse modo, criar uma medida provisória (MP 746) que não respeitou os interesses coletivos e, portanto, foi antidemocrática.

Em relação a Sociologia, como sua obrigatoriedade não diz respeito aos três anos do Ensino Médio e, ainda, como não há uma articulação clara como esta deverá ser ministrada nas salas de aula, acreditamos que há um enorme retrocesso para esse campo de conhecimento, tendo em vista a luta histórica que essa disciplina vem enfrentando para ocupar seu espaço na educação básica brasileira.

Como já aconteceu em outros momentos da história, sabemos que quando não definida sua obrigatoriedade ou até mesmo sua permanência na educação básica, a Sociologia sofre,

---

<sup>25</sup> Todas as experiências de Reformas Curriculares no Brasil e em outros países indicam que elas precisam ser construídas no diálogo com a sociedade como um todo (incluindo gestores e especialistas) e, especialmente, com professoras/es e comunidades escolares. A MP é, ao contrário, parcial em seus diagnósticos e perspectivas. Não se alimenta do debate educacional, ao contrário, tenta silenciá-lo. (OJ, 2017, p. 2 apud FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 43)

<sup>26</sup> O recurso utilizado para tentar aproximar a população da reforma consistiu na disseminação de propagandas que cultivaram principalmente a expectativa de desengessamento do ensino médio e o suposto ganho de autonomia do estudante. Aplicou-se, ainda, o discurso do caos para justificar as mudanças aceleradas impostas pelo governo, explorando ao máximo informações sobre os problemas existentes nesta etapa de ensino, como o alto índice de evasão e o baixo desempenho dos alunos em avaliações padrões nacionais. (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 43-44).

não apenas no que se refere ao aspecto pedagógico, mas também no que tange aos cursos superiores para a formação de professores, tendo em vista que não há como pensar na expansão de tais cursos, uma vez que estes não possuem um mercado de trabalho definido. Assim, como bem aconteceu nas décadas de 1970 e 1990, quando houve uma expansão dos cursos superiores no Brasil, a Sociologia corre o risco de perder seu espaço tanto na educação básica quanto nas IES. Além disso, os alunos também serão prejudicados em todo esse processo, pois como coloca Ferreira e Santana (2018):

Desde o seu retorno como disciplina obrigatória nos três anos do ensino médio em 2008, a Sociologia tem reforçado as razões para a sua presença na educação básica. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio ilustram as contribuições da disciplina para a formação da juventude brasileira: *“As razões pelas quais a Sociologia deve estar presente no currículo do ensino médio são diversas. A mais imediata (...) é sobre o papel (...) na formação do aluno e em sua preparação para o exercício da cidadania”* (BRASIL, 2006, p. 109 apud FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 49 grifo do autor).

Percebemos que os alunos – que a princípio são o público alvo de todas as reformas educacionais – perdem com essa nova mudança na educação, uma vez que é dado ênfase a formação integral do aluno, mas as políticas públicas se esquecem que a Sociologia é parte fundamental em todo esse processo, tendo em vista a formação para a cidadania. Sendo assim, não há como pensar num ensino que promova a cidadania sem pensar na obrigatoriedade da Sociologia na educação básica.

Portanto, respondendo a pergunta inicial, acreditamos que os cursos superiores para a formação de professores de Sociologia também perdem com essa reforma, pois o que antes se configurava como algo definido, agora um lugar de incertezas, pois a desarticulação dessa disciplina na educação básica afetará as instituições superiores de formação em Sociologia. Sobre a importância da Sociologia na educação básica, acreditamos que ela é fundamental, porém, a mesma infelizmente, vai contra uma ideologia dominante que existe em volta da educação, o que a torna um conhecimento perigoso para os governos, que querem a todo custo impor suas ideologias.

### **3.3 Os cursos para a formação de professores de Sociologia no Maranhão**

A história das ciências sociais no Maranhão data o ano de 1986, quando foi criado o curso de ciências sociais. O objetivo do curso era formar bacharéis para atuar no campo da Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Desse modo:

Foi reconhecido em 27/10/1993 pela Portaria N. 1.544. Em 199° foi implantada a Licenciatura em Ciências Sociais, habilitando os alunos que já estavam em formação de bacharéis a atuarem também no Ensino Médio, desde que complementassem a formação cursando algumas disciplinas a mais. (FILHO; FILHO, 2018, p. 97).

No estado do Maranhão, a Lei nº. 11.684/2008 também trouxe mudanças quanto a expansão dos cursos para formação de professores de Sociologia<sup>27</sup>. Em (2010) foram criados novos cursos com formação em Sociologia no estado, entre eles os de Ciências Humanas/Sociologia na UFMA, nos campi de Bacabal, Imperatriz e São Bernardo. Porém, esses novos cursos não foram capazes de suprir a demanda de professores que o Maranhão necessitava. Segundo Filho e Filho (2018):

Entre 2009 e 2012 houve um aumento na demanda por professores no Estado e entre eles, também por profissionais licenciados em CS e sociologia. Somente as redes estaduais e municipais abriram 324 novas turmas durante o período analisado e todas demandaram por licenciaturas em ciências sociais ou sociologia. (FILHO; FILHO, 2018, p. 95).

Esses dados revelam a insuficiência de profissionais habilitados para ocupar tais cargos, o que confirma as afirmativas de Oliveira (2018), quando fala de “expansão tardia” quando se trata da expansão de cursos superiores para a formação de professores de Sociologia.

Partindo desse pressuposto, a recorrente instabilidade da Sociologia na educação básica afetou a expansão dos cursos de Sociologia. Essa falta de cursos, automaticamente gera falta de profissionais. Assim, com a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio, o resultado para a falta de professores formados na área não poderia ser outro, assumiram os cargos professores que não tem formação na área, como bem coloca Filho e Filho (2018):

Os dados do censo 2012 informam que as 2.966 vagas de sociologia foram assumidas por professores, em sua maioria sem formação na área. Destes, 2.243 funções na rede estadual, 22 na federal, 462 em escolas municipais e 239 na rede particular. (FILHO; FILHO, 2018, p. 95).

Essa realidade não poderia ser diferente, pois não havia profissionais habilitados o suficiente, tendo em vista a nova demanda que surgia. O problema é que além de ocupar os cargos que deveriam ser dos professores formados na área, esses profissionais não possuem a capacidade

---

<sup>27</sup> Devido à ausência de fontes sobre o Maranhão, falaremos a partir de 2008, após a promulgação da Lei nº. 11.684/2008.

de lidar com a complexidade do saber sociológico, o que acaba contribuindo para a marginalização desse conhecimento na educação básica.

Em uma pesquisa realizada na cidade de São Luís – MA, Lima e Sousa (2009), trazem essa perspectiva da dificuldade em relação ao ensino de Sociologia. Segundo os autores:

Todos os professores que lecionam Sociologia nesta amostra obtida não possuem formação na área, sendo oriundos da Pedagogia, Filosofia ou demais áreas das Ciências Humanas, chegando até, em uma das escolas, tendo um dos professores com formação em Química. No ensino de Sociologia, alguns professores revelam a deficiência da sua formação em função da prática em sala de aula, onde se requer uma ampliação do entendimento do que constituem conteúdo e prática sociológica. Nesse quadro, vemos se repetir a queixa dos que defendem a importância de um profissional devidamente habilitado em Sociologia, para lecionar nas escolas. (LIMA; SOUSA, 2009, p. 05).

A realidade apresentada pelos autores expõe muitas realidades educacionais do Brasil. Não muito longe, na cidade de Santa Quitéria – MA, objeto de nossa investigação, vivenciamos tal realidade, na qual dos três professores entrevistados, somente um possui formação em Sociologia, o que demonstra uma precariedade do ensino dessa disciplina na referida cidade.

Um das justificativas para essa precarização é justamente a falta de profissionais habilitados. No entanto, entre os anos de 2008 até 2017 (antes da promulgação da Lei nº. 13.415/2017) houve um aumento dos cursos com habilitação em Sociologia. Então, quais as justificativas atuais para tamanha irregularidade? A essa pergunta, Vargas (2011) vai fazer a seguinte consideração:

No passado recente, isto se deveu a existência de uma oferta limitada de professores e de cursos de formação superior, o que não é mais o caso atualmente. Mais recentemente, isso pode ser atribuído, principalmente, à gestão administrativa da educação, principalmente no sistema público. Neste último caso, políticas que priorizam a economia de gastos na contratação de novos professores estimulam, ao mesmo tempo, o aproveitamento de docentes com formação em outras áreas do conhecimento no ensino da sociologia. Se esta prática revela, por um lado, a precariedade da educação pública no Brasil, por outro, ela supõe, ainda, uma desvalorização das ciências sociais como área legítima de conhecimento. Assim, presume-se que qualquer professor estaria habilitado para ministrar a disciplina de sociologia e manusear seus conteúdos e métodos de ensino. (VARGAS, 2011, p. 05).

No sentido apontado por Vargas, esse remanejamento de professores seria uma estratégia política, uma questão ideológica. Por isso, uma simples reforma não resolve um problema de ordem ideológica. A afirmativa do autor ganha ainda mais sentido, quando

analisamos os últimos seletivos para a contratação de professores temporários realizados pela Seduc -MA<sup>28</sup>. Nos mesmos não aparece sequer uma vaga para Sociologia. No caso de Santa Quitéria - MA, a situação ainda é mais grave, pois a única escola que possui EM na cidade conta apenas com um professor formado, e nos últimos editais não apareceu nenhuma vaga para essa instituição, sendo que a mesma foi mais dois professores não formados em Sociologia em sala de aula.

Portanto, não se trata de pensar a formação de professores de Sociologia no Maranhão apenas por uma falta de profissionais. Até porque no início essa justificativa poderia até ser utilizada, mas na atualidade, por mais que a demanda seja maior que a oferta, o governo não faz sua parte, pois não há iniciativas públicas para que o acesso seja facilitado. Além disso, não há oferta de vagas e, muito menos há esforço para que essa realidade seja mudada. Por isso, com um histórico de descontinuidade, pensar a sociologia na educação básica hoje, mais que uma obrigação, é uma necessidade.

---

<sup>28</sup> Disponível em:< <http://www.educacao.ma.gov.br/ure-sao-luis/>>.

## **4 - O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CÔNEGO NESTOR CUNHA NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO**

### **4.1 – Apresentação e contexto histórico da escola Centro de Ensino Médio Cônego Nestor Cunha**

O município de Santa Quitéria do Maranhão se encontra na região leste do estado, na microrregião do Baixo-Parnaíba, a cerca de 348 km de São Luís – MA, possui uma população de pouco mais de 29 mil habitantes. (IBGE, 2018). Fazendo um levantamento da oferta do Ensino Médio no município de Santa Quitéria do Maranhão, constata-se, até o momento, que existe apenas três escolas que apresentam a modalidade de ensino. Destas três escolas, duas são instituições privadas e uma é a escola pública estadual.

As duas escolas privadas são o Instituto Educacional José Marinho, localizado na Rua da Alegria, nº 32, Bairro Multirão e o Colégio Master, localizado na Rua João de Deus, SN, Bairro Centro. Cada uma destas escolas apresentam uma única turma de cada série do ensino médio, que funcionam apenas no turno vespertino. Deste modo cada escola dispõe de apenas um professor de Sociologia que também ministra a disciplina de Filosofia.

A única escola pública que oferta o Ensino Médio no município é a escola estadual Centro de Ensino Médio Conego Nestor Cunha, localizado na Avenida Coronel Francisco Moreira, nº 53, Centro, Santa Quitéria do Maranhão. Esta escola é de grande referência no município, foi fundada no ano 1978 com o nome de Unidade Integrada Professor Jerônimo Pinheiro, mas popularmente conhecido como Bandeirantes, onde ofertava o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. No ano de 2009 a escola mudou para o nome atual, em decorrência de alterações no registro e pela conquista da independência de autenticações documentais em relação Unidade Regional do Estado, e neste período também a escola passou a ofertar somente o Ensino Médio.

Deste a sua fundação o Centro de Ensino Médio Conego Nestor Cunha passou por várias reformas e adaptações estruturais. Hoje a escola possui uma estrutura ampla recém-reformada composta de 12 salas de aulas climatizadas, uma sala de diretoria, uma sala de secretaria, uma sala para os professores, um laboratório de informática, uma biblioteca, um refeitório, um auditório e uma quadra de esportes. Sobre a composição funcional, possui um quadro total de 44 professores, distribuídos nos três turnos, manhã, tarde e noite, onde 03 destes professores ministram a disciplina Sociologia, entre os três turnos. Sobre o contingente

de alunos, a escola possui 1107 alunos no total, matriculados neste ano letivo de 2019, sendo 409 destes estudantes do turno da manhã e 490 no turno da tarde. No turno da noite há uma divisão de modalidade de ensino, sendo 130 alunos matriculados na modalidade normal e 78 matriculados na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

#### **4.2 – Contextualização da pesquisa**

O Centro de Ensino Médio Cônego Nestor Cunha, foi definido como a escola objeto de investigação deste estudo pelo fato de ser a única e maior escola pública de Ensino Médio do município e conseqüentemente, por oferecer o ensino de Sociologia em maior amplitude, concentrando um maior número de professores no município que ministram a disciplina.

O ensino de Sociologia, juntamente com o saber sociológico, no Brasil, passou e ainda vem passando, por várias instabilidades<sup>29</sup> e modificações<sup>30</sup>, apesar do reconhecimento legal da sua importância nos currículos escolares. Além disso, é imprescindível compreendermos que as condições atuais das abordagens metodológicas e epistemológicas nas aulas de Sociologia podem configurar uma fragilização da disciplina nos espaços escolares<sup>31</sup>. Isso acontece porque quando não temos profissionais capacitados para ministrar o saber sociológico em sua máxima amplitude, abrangendo toda a complexidade que esse conhecimento necessita, inviabilizamos, automaticamente, a importância e a dimensão do seu saber e da sua importância para a educação, o que acaba estigmatizando cada vez mais sua necessidade como componente curricular obrigatório no ensino médio. Sendo assim, a formação e a atuação dos professores, que ministram aulas de Sociologia, são fatores cruciais para que hajam abordagens significativas no processo de ensino e aprendizagem, e este é o contexto base deste trabalho.

Em geral, é sabido que a maioria dos professores que atuam em escolas públicas enfrentam realidades precárias de condições de ensino. Logo, toda essa precariedade também se aplica aos professores de Sociologia, que além de enfrentar problemas de baixo mercado de

---

<sup>29</sup> Instabilidades, no que se refere as muitas reformas educacionais existentes na história, na qual a disciplina de Sociologia, na maioria das vezes, perdia espaço e legalidade nos currículos educacionais, referentes ao ensino médio no país.

<sup>30</sup> Modificações, no que se refere as diversas mudanças que a Sociologia sofreu enquanto disciplina escolar, tendo em vista que ora ela era obrigatória, ora era optativa e complementar, e assim sucessivamente, o que marcou, como já bem falamos, em um constante período de continuidade e descontinuidade.

<sup>31</sup> Geralmente marcadas por desvalorização do conhecimento sociológico para a formação do aluno, e ainda pela contratação de professores que não são formados na área, o que acaba enfraquecendo o conhecimento sociológico e desvaloriza o profissional decente formado em sociologia.



trabalho e valorização da sua formação, por exemplo, ainda tem que lidar com a questão da precariedade do ensino público no país.

Partindo desse pressuposto, vários fatores podem contribuir para a efetivação de um ensino de qualidade, e quando se fala no ensino de Sociologia, podemos citar problemas como a negligência de aulas ministradas por professores que não são específicos da área, ou sobre o tratamento indiscriminado ou apático da disciplina, tanto por parte dos professores, que em sua maioria não são formados na área; como por parte dos alunos, que devido a má problematização dos conteúdos ministrados, não reconhecem a validade e importância desse saber para sua formação. Portanto, segundo Dutra e Oliveira (2016):

É cada vez mais corriqueiro para um graduando em Ciências Sociais ouvir a pergunta “Mas o que um sociólogo faz?” ou “Estudar a sociedade? Todo mundo sabe fazer isso.” E isso acontece justamente pela falta de conhecimento destas pessoas. A sociologia no Ensino Médio é resultado de muitas lutas enfrentadas e, talvez, a ausência dela por algum tempo tenha feito com que a população não saiba claramente sobre o curso. (DUTRA; OLIVEIRA 2016, p. 08).

#### **4.3 – O perfil dos professores de Sociologia do Centro de Ensino Médio Cônego Nestor Cunha**

Os três professores que participaram desta pesquisa estão retratados aqui como professor 1, professor 2 e professor 3. São todos naturais do estado do Maranhão e somente o professor 3 não mora no município de Santa Quitéria MA, o qual possui residência fixa no município de Santana MA, à aproximadamente 60km de Santa Quitéria MA.

No sentido de definir um perfil mais detalhado sobre os professores de sociologia da única escola pública de Ensino Médio do município de Santa Quitéria MA, foram levantadas as seguintes informações sobre a relação destes professores com a instituição e com a disciplina. Conforme tabela 1:

**Tabela 1 – Relação do professor com a instituição e com a disciplina**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>O vínculo com a instituição</b>	Efetivo	Contratado	Efetivo/Concursado
<b>Tempo em que ministra a disciplina Sociologia</b>	6 anos	1 ano	3 anos
<b>A frequência na entrega de planos de aula na escola</b>	Somente planos bimestrais. “Porque trabalhamos como resultados bimestrais”	Somente planos bimestrais. “Temos os planos anuais e bimestrais”	Somente planos bimestrais. “Porém funciona como mera formalidade, pois não há acompanhamento.”
<b>Nível de satisfação em ministrar a disciplina Sociologia</b>	Satisfeito	Satisfeito	Satisfeito

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Diferentemente do professor 1 e do professor 3 que fazem parte do quadro de professores efetivos da escola, o contato do professor 2 com a disciplina de Sociologia é recente, com experiência de apenas um ano. Isso nos leva a observar a possibilidade de um professor instável em relação ao vínculo de contratação temporária. Em relação a organização e planejamento de suas aulas, todos os professores afirmaram prestar conta de um planejamento a cada dois meses, porém, segundo o professor 3, este planejamento funciona como mera formalidade sem qualquer tipo de acompanhamento. No mais, todos os professores assumiram estarem de acordo ou satisfeitos em ministrarem aulas da disciplina Sociologia.

Ao fazer um levantamento de condicionantes históricos sobre a origem familiar, a escolaridade e sobre a função desempenhada pelos pais e avós dos professores entrevistados, tivemos o seguinte resultado, conforme tabela 2.

**Tabela 2 – Relação de escolaridade e profissão dos pais e avós dos professores**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Foi criado por</b>	Pai e Mãe	Somente Mãe	Pai e Mãe
<b>Escolaridade do pai</b>	Analfabeto	-	Ensino Superior
<b>Escolaridade da mãe</b>	Ensino Médio completo	Ensino Fundamental menor	Ensino Superior
<b>Escolaridade do avô e avó paternos</b>	Analfabetos	-	Ensino Médio e Ensino Fundamental
<b>Escolaridade do avô e avó maternos</b>	Analfabetos	-	Ensino Fundamental incompleto
<b>Profissão do pai</b>	Agricultor	-	Professor
<b>Profissão da mãe</b>	Doméstica e Costureira	Lavradora	Professor
<b>Profissão do avô e avó paternos</b>	Agricultor e Doméstica	-	Lavrador e Costureira
<b>Profissão do avô e avó maternos</b>	Agricultor e Doméstica	-	Lavradores

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

A primeira tabela mostra a estrutura familiar dos filhos (professores pesquisados), a partir do grau de escolaridade e de alguns indicadores socioeconômicos dos seus pais e avós. Com isso, pretendemos compreender como esses fatores influenciaram na formação dos professores, no que se refere a educação e socialização dos mesmos, e como isso influenciou no seu desempenho como profissionais docentes.

De modo geral, para compreendermos o peso desses fatores (escolaridade e renda dos pais e avós) na formação dos filhos/professores, é relevante analisarmos, de antemão, a tabela 3 abaixo, no que se refere ao seu processo de escolarização, a fim de construirmos um argumento mais consistente.

**Tabela 3 – A educação básica dos professores**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Tipo de instituição que fez o Ensino Fundamental</b>	Instituição pública	Instituição pública	Instituição pública
<b>Tipo de instituição que fez o Ensino Médio</b>	Instituição pública	Instituição pública	Instituição pública
<b>Ano que concluiu o Ensino Médio</b>	1978	2000	2005

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Tendo em vista os dados da segunda e da terceira tabela, constatamos que, a princípio, tanto a escolaridade dos pais e avós como sua posição socioeconômica, não fizeram tanta diferença na educação escolar dos professores. Isso mostra que, em termos de escolarização, todos tiveram, praticamente, as mesmas oportunidades<sup>32</sup>. Isso porque quando questionado sobre a trajetória escolar dos professores na educação básica (tabela 3) podemos verificar a passagem de todos eles por instituições de ensino público, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Podemos observar com isso, uma relação da trajetória dos professores como alunos em escolas públicas e atualmente estarem assumindo a missão de contribuírem como professores nestas escolas.

Na tabela quatro (tabela 4) está apresentada o levantamento sobre outras funções que os professores pudessem ter exercido antes de ingressar no magistério, tendo como propósito compreender as experiências que cada um deles tiveram anterior a profissão docente. Com isso, constatamos que:

**Tabela 4 – Função desempenhada antes de ser professor**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Trabalhou em outra profissão antes de ser professor</b>	Extencionista rural (técnico em agropecuária)	Não	Não
<b>Motivo por ter mudado de profissão</b>	Melhoria de renda familiar	-	-

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

<sup>32</sup> Isso não implica dizer que todos tiveram as mesmas experiências educativas, apenas que o grau de distanciamento entre quem tinha mais ou menos condições financeiras, a princípio, não era um fator tão forte e tão determinante na educação como é hoje.

Em decorrência, constatamos (tabela 4) que somente o professor 1 possui histórico de outra profissão antes de ser professor, trabalhando como técnico em agropecuária, e que entrou na vida docente por motivo de melhorar a renda familiar. Em relação a sua formação docente, os três professores não tiveram divergências alarmantes quanto ao ingresso no mundo do trabalho. Com exceção do professor (1), que teve que trabalhar em outra profissão além da docente, os demais cursaram uma instituição de nível superior e logo trabalharam como educadores.

Sobre a renda atual dos professores entrevistados, foram apresentados os seguintes dados na tabela 5 abaixo:

**Tabela 5 – Renda per capita dos professores entrevistados**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Renda per capita</b>	2 a 5 salários mínimos	1 a 2 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

A variação apresentada acima pode estar relacionada ao tipo de carga horária ocupada e ao tipo de vínculo com a instituição (apresentado na tabela 1), Esses dados tornam-se bastante relativos, tendo em vista que a jornada de trabalho é bem flexível em cada caso, como demonstra a tabela 6 abaixo.

Fazendo um mapeamento sobre a distribuição dos professores em relação a quantidade de aulas e turnos que atuam, definiu-se a seguinte tabela:

**Tabela 6 – Distribuição e atribuição dos professores**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Carga horária</b>	20 horas	20 horas	40 horas
<b>Turnos que atuam</b>	Matutino	Vespertino	Manhã, Tarde e Noite
<b>Quantidade de turmas que atendem</b>	07 turmas	07 turmas	17 turmas
<b>Quantidade de aulas por turma por semana</b>	02 aulas por turma	02 aulas por turma	02 aulas por turma
<b>Series que ministram</b>	1ª e 2ª série	1ª e 3ª série	1ª, 2ª e 3ª série e EJA
<b>Quantidade de horários por semana</b>	12 horários	11 horários	26 horários

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Assim, podemos perceber que somente o professor 3 possui uma carga horária extensiva de 40 horas, o que lhe condiciona uma jornada de trabalho mais intensa, abrangendo os três turnos e ministrando num total de 26 aulas por semana, entre as três séries e a modalidade EJA.

O que podemos observar, analisando esta distribuição, é que somente dois professores, com carga horaria de 40 horas, poderiam suprir toda a necessidade da disciplina de Sociologia na escola. Por outro lado, essa tabela deixa outra observação: quase a metade dos alunos da escola (14 de 31 turmas ativas entre os três turnos) não possuem aula de sociologia ministrada por um especialista da área, ou seja, são atendidos por professores formados em pedagogia (como mostra na tabela 7 abaixo), o que pode levar ao comprometimento da aprendizagem de conhecimentos sociológicos de uma grande quantidade de alunos todos os anos nesta escola, uma vez que:

Nesse processo histórico de banimento da sociologia dos currículos escolares, essa disciplina foi convertida numa espécie de “conhecimento maldito”. Um conhecimento maldito não é propriamente um saber inferior, que ocupe ou deva ocupar posições inferiores na hierarquia dos saberes. Ele é definido como um “conhecimento perigoso”, que sequer deve integrar o quadro de conhecimentos e saberes reconhecidos. Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, esse banimento foi abolido, a sociologia foi reabilitada, considerada legítima, deixando de ser um conhecimento maldito. No entanto, seu processo de integração ao mundo escolar se efetiva através de um reconhecimento insuficiente, frágil, incerto. (VARGAS, 2011, p. 04 - 05).

Por isso, devido essa fragilidade em relação ao conhecimento sociológico em sala de aula, que a disciplina de Sociologia não pode ser ministrada por qualquer profissional, ainda mais àqueles com formação totalmente distante da área que ensina, pois acreditamos que estes não conseguem lidar, em todas as suas dimensões, com a complexidade do conhecimento sociológico.

Entre os três professores entrevistados, somente o professor 3, possui graduação na área específica, e os demais são pedagogos. O professor 2 também possui formação em Educação Física (tabela 7).

**Tabela 7 – A graduação dos professores**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Graduação</b>	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura em Pedagogia e Educação Física	Ciências Humanas – Sociologia e Licenciatura em Pedagogia
<b>Tipo de instituição que fez a graduação</b>	Instituição privada	Instituição pública	Instituição pública
<b>Modalidade do curso</b>	Curso presencial	Curso presencial	Curso presencial

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Podemos observar que, nesta escola, o professor pedagogo é o mais indicado para assumir a disciplina de sociologia, ou que a disciplina de sociologia seja uma das disciplinas mais adequada para este profissional no ensino médio. Esta situação caracteriza uma negligência sobre a importância da atuação do professor específico da área da sociologia e consequentemente a substituição arbitrária deste professor, por profissionais de outras áreas do conhecimento.

Não há como legitimar o papel do profissional de Sociologia se este não possui, sequer, espaços de trabalhos acessíveis. Enquanto os dois pedagogos exercem a função, que por direito caberia a um professor de Sociologia, este último acaba sendo desvalorizado, o que não atinge somente ele, mas todos os envolvidos na referida formação.

#### **4.4 – O posicionamento do professor e o ensino de Sociologia no Centro de Ensino Médio Cônego Nestor Cunha**

Questionamos aos docentes sobre a opinião de seus familiares sobre a profissão de professor e o estado de contentamento deles em relação ao exercício desta profissão. Conforme mostra na tabela 8 abaixo.

**Tabela 8 – Opinião sobre a profissão de professor**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>A opinião dos familiares sobre a profissão de professor</b>	“Acham que é uma profissão muito estressante”	“É uma profissão muito trabalhosa”	“Na família existe vários professores, então é algo bem aceitável”
<b>Outra atividade paralela como fonte de renda</b>	“Sim, professor no ensino fundamental”	Não	Não
<b>Trocaria de profissão</b>	“Não, pois tenho compromisso em ver o Brasil mais consciente”	“Não, pois gosto da minha profissão”	“Não, pois considero que tenho muito a acrescentar nesta profissão”

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Apesar dos familiares dos professores 1 e 2 demonstrarem problemas com a profissão, todos os professores demonstram estarem satisfeitos com seu trabalho e que não trocariam por outro, alegando compromisso, dedicação e gosto pela profissão escolhida. A princípio, isso mostra o desconforto dos pais dos professores 1 e 2, por entenderem que ser professor envolve uma série de fatores, dos quais muitos deles não são positivos para seus respectivos filhos. Já no caso 3, por ser uma profissão frequente na família, já encaram o exercício do magistério com mais naturalidade. Nesse sentido, de acordo com Nogueira e Nogueira (2002):

Cada indivíduo tem suas vontades socialmente determinadas pelo meio em que vivem, desde seus gostos mais íntimos ao seu futuro profissional. Dessa forma, cada ser vem a ser caracterizado pela bagagem herdada socialmente e culturalmente. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 20).

Desse modo, no caso do professor 3, por ser uma profissão comum na família, esta é vista com naturalidade, pois já faz parte da realidade familiar dos mesmos. Nesse sentido, podemos compreender que:

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 1998, p. 42 apud FERREIRA, 2013, p. 50-51).

Em relação a consciência dos professores quanto a sua profissão, nos três casos há uma preocupação com a prática docente e, ao mesmo tempo, há um compromisso com o papel



social desempenhado pelo professor, o que indica uma sensibilização política com a educação, onde todos a compreendem como sinônimo de função política e social.

Na tabela 7, foi mostrado que somente o professor 3 possui graduação em Sociologia, e desta forma foram coletadas as seguintes informações deste professor, a respeito do seu ingresso neste curso, bem como a influência de seus familiares sobre esta escolha. Como segue na tabela 9 abaixo.

**Tabela 9 – A escolha da graduação em Sociologia e a influências dos pais**

<b>Professor 3</b>	
<b>Motivos por ter escolhido a Sociologia</b>	“Para me capacitar mais, pois já trabalhava como professor e para ampliar as possibilidades de atuação”
<b>A influência dos pais na escolha da formação</b>	“Minha mãe sempre insistiu que eu fizesse cursos nessa área de educação”
<b>O Apoio dos pais durante a graduação</b>	“Deram apoio financeiro e motivação”

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Na resposta do professor 3, sobre o motivo em ter escolhido a Sociologia como curso superior, ficou evidente o seu desejo de se capacitar e ampliar suas oportunidades na área docente, o que mostra uma consciência do quanto é importante e necessário a Sociologia para a obtenção desse resultado. Isso porque o conhecimento sociológico ultrapassa o simples saber instrumental, e proporciona para o educando uma nova base e uma nova perspectiva sobre a realidade. Além disso, registrou que sempre teve apoio de seus pais durante a graduação e que teve uma grande influência da sua mãe para a escolha da área de formação. Essas duas informações são fundamentais, pois os pais do professor 3, são, justamente, com base na tabela 1, aqueles que mais tiveram contato com um ensino formal, o que contribui para uma consciência mais clara a respeito da importância da educação na vida das pessoas, e ainda, sobre a contribuição que o saber sociológico acrescentará em todo esse processo.

O professor 3 também é formado em Pedagogia. A partir dessa informação foi sugerido os seguintes questionamentos sobre o efeito desta segunda graduação, e a relação desta com sua formação em Sociologia. Segue na tabela 10:

**Tabela 10 – A segunda graduação do professor 3, e a relação com a formação em Sociologia**

<b>Professor 3</b>	
<b>Outra graduação além da Sociologia</b>	Graduação em Pedagogia
<b>Período em que cursou a outra graduação</b>	Antes da graduação em Sociologia
<b>O motivo de ter feito o curso de Sociologia como segunda graduação</b>	“Para ampliar minha área de atuação profissional”
<b>Exerce a outra formação</b>	“Não, pois voltei minha atuação para minha nova graduação (Sociologia) devido minha aprovação em concurso público”
<b>A formação pela qual é mais realizado</b>	“Sociologia, porque através dela consegui minha estabilidade profissional e financeira”

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Percebe-se que apesar de ter feito o curso de Sociologia depois do curso de Pedagogia, o professor 3 foi mais bem-sucedido com a sua graduação em Sociologia, ao ponto de ter sido aprovado em concurso público por meio desta formação.

Os outros dois professores (professor 1 e professor 2), por não serem específicos da área de Sociologia, foram questionados em relação a seus exercícios com a disciplina. Segue na tabela 11:

**Tabela 11 - Relato dos professores 1 e 2 sobre o exercício da disciplina Sociologia**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>
<b>O motivo de lecionar a disciplina Sociologia</b>	“Pela falta de professor especializado na área”	“Foi uma necessidade da instituição”
<b>A falta de formação em Sociologia influência na prática de ensino</b>	“Não, porque tenho acesso a boas fontes de complementação aos livros didático”	“Sim, pois quando sua formação é na específica fica menos complicado”
<b>Há o desejo em fazer uma graduação em Sociologia</b>	“Não, pois estou cursando outra graduação em outra disciplina”	“Sim, pois gosto da disciplina”

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

A referida tabela evidencia alguns pontos em relação ao ensino de Sociologia. O primeiro deles está relacionado com o remanejamento de professores para outras disciplinas. Esse remanejamento, como bem sabemos, prejudica os profissionais de sociologia formados que precisam de emprego, uma vez que ocupa uma vaga que em tese deveria ser ocupado por um docente da área. Outro ponto remete a negligência do Estado, pois se há necessidade de docentes, caberia o mesmo resolver esse problema através de seletivos ou concursos.

Sobre os profissionais formados, é válido ressaltar na cidade vizinha, em São Bernardo – MA, há um curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, ofertado pela UFMA, que desde 2010 está funcionando e formando profissionais licenciados para atuar com a disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Então, por que não contratar esses profissionais que precisam de emprego através de seletivos, como aqueles feitos pela SEDUC-MA, por exemplo? Talvez porque seja mais vantajoso remanejar outros professores para assumir disciplinas como as de Sociologia, tendo em vista complementar suas respectivas cargas horárias, do que exigir seletivos e concursos públicos para contratar profissionais qualificados. Além disso, ainda existe a perspectiva ideológica, pois não há como deixar de ponderar o fato de que a Sociologia vai contra os interesses das classes dirigentes da sociedade, por tanto, ela representa um conhecimento libertador para quem o possui.

Podemos perceber ainda, de acordo com a tabela 9, que o professor (01) não reconhece a necessidade de uma formação em Sociologia para que haja uma prática de ensino na disciplina. Para ele, basta estudar algumas fontes complementares junto ao livro didático. Somente o professor (02), expressou o desejo em fazer uma graduação em Sociologia. Isso deixa claro que nem todos, salvo raras exceções, compreendem a dimensão e a importância que o conhecimento sociológico possui dentro da educação escolar. Sobre isso, Vargas (2011) coloca que:

Considerando o quadro profundamente complexo e heterogêneo da produção e do debate teórico nas ciências sociais, bem como o avanço da pesquisa empírica, um trabalho adequado de ensino e de aprendizagem exige não apenas uma boa e contínua formação teórica, metodológica e pedagógica dos professores, mas um processo também lento e gradual de envolvimento e mobilização subjetiva dos alunos a partir de suas experiências reais de vida. Nada disso se faz apressadamente, com disciplinas e práticas pedagógicas fragmentadas e desarticuladas. Uma ampla articulação entre disciplinas e áreas do conhecimento, como preveem os documentos oficiais, se faz necessária para superar essa fragmentação. Além do mais, essa articulação também se faz necessária entre diferentes níveis de conhecimento, entre conhecimentos científicos e conhecimentos prático-sociais, o que implica o desenvolvimento da reflexão crítica e de um amplo diálogo no interior do espaço escolar. (VARGAS, 2011, p. 06).

Partindo desse pressuposto, fica evidente o motivo pelo qual o professor de Sociologia se faz necessário na sala de aula e, devido isso, este não pode ser substituído por qualquer profissional, pois toda a complexidade do conhecimento sociológico precisa ser compreendida e problematizada pelo professor de Sociologia. Somente ele, munido de uma bagagem cultural dos saberes sociológicos produzidos historicamente, terá as ferramentas necessárias para lidar com o esse saber, ao ponto de envolver no debate todos os atores sociais envolvidos, o que inclui os alunos e ele próprio. Por isso, não basta ser professor, tem que possuir as qualidades necessárias para ministrar uma disciplina. Nesse caso, nada melhor que o professor de Sociologia para ministrar aulas de sociologia.

Os professores foram questionados sobre o ensino de sociologia na instituição, foi sugerido que os docentes descrevessem seus principais métodos de trabalho e sobre o posicionamento dos alunos mediante às suas aulas. Como segue na tabela 12:

**Tabela 12 – Os métodos do professor e o posicionamento dos alunos durante as aulas**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Os principais métodos de abordagem da disciplina Sociologia</b>	“Aulas expositivas, debates, pesquisas e uso de recursos audiovisuais”	“Aulas expositivas e apoio do livro didático”	“Através de debates, aulas expositivas, análise de textos ou imagens ou vídeos”
<b>O nível de interesse dos alunos pela disciplina Sociologia</b>	Baixo	Médio	Baixo
<b>Fatores envolvidos com o nível de interesse dos alunos pela disciplina Sociologia</b>	“Os alunos não se interessam por assuntos como política e sociedade e não possuem perspectiva de vida”	“Está relacionado a todo um contexto educacional e familiar, construídos ao longo de suas vidas”	“Não reconhecimento da importância da disciplina para sua formação e pela própria falta de motivação pelos estudos”
<b>O nível de participação dos alunos em debates nas aulas de Sociologia</b>	Baixo	Baixo	Baixa

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Sobre os métodos de abordagens da disciplina pelos professores, todos convergem na prática de aulas expositivas com o apoio do livro didático e recursos multimídias, e utilização de pesquisas e interpretações de textos. Isso pode estar relacionado há alguns fatores como a disponibilidade de recursos na escola, a adaptação ou à comodidade dos professores em utilizarem estes métodos, que talvez sejam os mais práticos dentro das suas realidades, ou ao fato destes métodos, segundo os professores, surtirem efeitos positivos na aprendizagem dos alunos.

Quando questionados, de forma geral, sobre o interesse ou sobre a participação dos alunos em debates ou questionamentos nas aulas de Sociologia, os professores responderam entre baixo e médio o nível de interesse dos alunos pela disciplina. Isso caracteriza um problema que vai além do processo de ensino e aprendizagem, pois é um déficit histórico. Mais do que compreender a necessidade de estudar Sociologia, sua função social, sua importância epistemológica, e etc. e possuir interesse pela disciplina, os alunos primeiramente precisam dispor de habilidades e condições particulares que vão além do esforço individual do professor de sociologia. Podemos levar em consideração também que a realidade precária do ensino e aprendizagem nas escolas públicas atualmente vão além de somente não oferecer recursos para o professor e o aluno. O aluno como agente em desenvolvimento precisa estar disposto, engajado e apoiado principalmente pela família para que obtenha bons resultados na escola.

Nas instituições públicas de ensino, em particular as do estado do Maranhão, que possui baixos índices de desenvolvimento, são encontrados diversos alunos com as mais variadas realidades socioeconômicas e familiares, onde quase sempre são problemáticas. Isso pode ser tomado como um fator relevante no comprometimento do desempenho escolar do aluno, bem como seu interesse pelo aprendizado de Sociologia, que compreende uma disciplina exigente de habilidades como leitura, escrita e interpretação. E, além disso, outro fator também pode ser apresentado como comprometedor destas habilidades e consequentemente da motivação do aluno, que é a qualidade da trajetória escolar deste aluno, se teve ou não boas experiências em séries anteriores.

Tudo isso reflete nas justificativas que os professores entrevistados deram para a falta de interesse dos alunos (tabela 12), quando citam fatores como: falta de perspectiva de vida, falta de vontade de estudar assuntos da disciplina e falta de conhecimento sobre sua importância. Os professores também elencaram fatores como problemas no meio social e familiar em que os alunos estão inseridos etc. Todos esses fatores, de fato, devem ser levados

em conta, ainda mais quando falamos de educação. É nesse sentido que o professor de Sociologia faz falta, pois aquele que só cumpre uma obrigatoriedade da escola, mas não é formado – ao que tudo indica – vai encarar esses temas apenas pela perspectiva negativa, isto é, como um problema que atrapalhará sua aula. O professor formado, ao contrário, estará munido das ferramentas necessárias para problematizar os diferentes problemas dos alunos com o saber sociológico, num constante diálogo entre a realidade do estudante e o conhecimento científico, de modo a despertá-lo para a realidade social a sua volta.

Esta problemática da falta de interesse dos alunos está entre as principais dificuldades dos professores em ministrar a disciplina. Como segue na tabela 13:

**Tabela 13 – As principais dificuldades para ministrar a disciplina Sociologia**

	<b>Professor 1</b>	<b>Professor 2</b>	<b>Professor 3</b>
<b>Principais dificuldades para ministrar a disciplina</b>	“A falta de interesse por disciplinas teóricas por parte dos alunos, pouco acesso a novas didáticas para a disciplina, a não existência de formação continuada para a disciplina, e falta de recursos na própria escola”	“Uma das principais dificuldades é a minha falta de formação na área, porque por mais que eu busque conhecimentos, sinto que falta uma fundamentação acerca da disciplina e dos conteúdos trabalhados”	“Os alunos apresentam muitas dificuldades na leitura e escrita, e com isso tem dificuldades para contextualizar e participar das aulas. E também e carga horaria ser pouca para a disciplina”

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa

Além do problema de falta de motivação dos alunos, podemos perceber ao observar as respostas do professor 1 e 2 é que a falta de formação específica na área compromete também seus desempenhos como professores de sociologia, seja por comprometimento da didática ou formação continuada (professor 1) ou pela falta de aprofundamento teórico (professor 2). Estas descrições assumem fortes indicativos de problemas por trás de uma aula ministrada por um professor que não é específico da área, como, por exemplo, o mau repasse de conteúdos e conceitos, e conseqüentemente o agravante na aprendizagem do aluno.

Sobre a falta de formação continuada na área citada pelo professor 1, supomos que ele tenha se referido a iniciativas do governo ou da instituição em promover formações especiais para os professores atuantes na escola, como costuma acontecer nas redes

municipais de ensino, uma vez que existem várias formações continuadas na área de sociologia e outros campos da educação, como especializações ou pós-graduações *latu sensu* e *stricto sensu*.

O professor 3 foi mais profundo em sua justificativa, quando enfatiza a problemática da falta de base dos alunos em relação a leitura e a escrita, indicando como um dos principais fatores que dificulta sua prática docente no ensino de Sociologia. Esse fator apresentado pelo professor é muito considerável, pois a leitura e a escrita são dois fatores indispensáveis para a interpretação de textos e problematização dos mesmos, tendo em vista uma maior participação na realidade social. Assim, como há uma deficiência dos alunos, a Sociologia que já é estigmatizada como uma disciplina sem muita importância pelos estudantes, torna-se ainda mais incompreendida num espaço onde o aluno mal sabe ler, pois mesmo que o professor dialogue com esse aluno e tente estabelecer uma conexão, a leitura é fundamental para que o diálogo entre ambos seja estabelecido.

Outro ponto importante apresentado pelo professor 3, foi a questão do pouco tempo ou carga horária destinada para as aulas de Sociologia. Como mostra na tabela 6, somente duas aulas por semana em cada turma, realmente pode ser insuficiente para o desenvolvimento de metodologias mais elaboradas que exijam mais tempo.

Portanto, é visível as muitas dificuldades que o ensino de Sociologia enfrenta dentro das escolas públicas no país. No caso específico de Santa Quitéria do Maranhão, referente à escola Cônego Nestor Cunha, podemos considerar que dentre os quadros problemáticos que foram apresentados, a negligência da falta do professor especialista para a disciplina de Sociologia é um dos fatores mais agravantes para o processo efetivo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente para a significação da disciplina para o aluno, o que acaba comprometendo ainda mais a importância do conhecimento sociológico como um saber válido e necessário para a formação do indivíduo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios da Sociologia no Brasil, com destaque para o ensino dessa disciplina na cidade de Santa Quitéria do Maranhão. Desse modo, podemos compreender que a obrigatoriedade da Sociologia como disciplina escolar não é uma realidade das escolas brasileiras hoje, pelo menos não depois da Lei nº. 13.415/2017, onde tivemos uma nova proposta para o Ensino Médio, tornando-se obrigatório, somente, as disciplinas de português e Matemática.

Partindo desse pressuposto, tivemos na história da educação brasileira um constante período de continuidade e descontinuidade da Sociologia nos currículos escolares. Na maioria desses acontecimentos, esta disciplina esteve ausente dos currículos oficiais, e quando presente, não era um saber valorizado, sendo que em algumas cidades, sequer era ofertada. Com base nesse pressuposto, desenvolvemos nossa pesquisa em três momentos importantes para a disciplina de Sociologia. O primeiro se referiu aos acontecimentos anteriores a Lei nº. 11.684/2008, bem como aos acontecimentos posteriores a essa lei; e o segundo a partir da Lei nº. 13.415/2017, visto que a primeira foi um divisor de águas para a Sociologia, e a última marca o contexto da contemporaneidade, representando as incertezas e os desafios que estão por vir.

A Lei nº. 11.684/2008, que tornou a disciplina de Sociologia obrigatória nos três anos do ensino médio, foi uma conquista histórica. Isso porque antes do advento da referida lei as escolas não eram obrigadas a ministrar essa disciplina na grade curricular e, como bem falamos em muitos momentos da história, ela foi excluída da educação básica. Além desse aspecto pedagógico, percebemos ainda que até os próprios cursos de formação de professores de Sociologia sofriam com essa constante descontinuidade da disciplina na educação básica, uma vez que os cursos de Ciências Sociais, por exemplo, formavam profissionais que atuavam em outras disciplinas como História, Geografia, e nelas permaneciam por falta de empregos na área de sociologia.

Com o advento da Lei nº. 11.684/2008, além do aspecto positivo para o campo da educação básica, tivemos também na educação superior uma considerável expansão dos cursos de Ciências Sociais, e a criação dos cursos de Ciências Humanas, com habilitação em Sociologia, com o exemplo dos campus da UFMA, nas cidades de Bacabal, Imperatriz e São Bernardo, em 2010. No entanto, mesmo a demanda de professores de Sociologia crescendo a partir de 2009, um dos grandes problemas em relação a isto foi a forma como o mesmo fora



tratado, uma vez que muitos professores ainda ocupavam, e continuam ocupando, os cargos destinados a estes profissionais.

No caso de Santa Quitéria – MA, a partir das entrevistas realizadas com os três professores de Sociologia da instituição estadual intitulada Centro de Ensino Cônego Nestor Cunha, constatamos que as problemáticas levantadas pelos autores, como Oliveira (2017), Ferreti (2018), Vargas (2011) etc., se fazem bastante presente no município, uma vez que os problemas da escola estão ligados, em especial, a falta de profissionais qualificados para assumir o cargo de Sociologia. Essa justificativa cai em contradição, visto que no último seletivo do estado, realizado pela SEDUC-MA, em (2019) só disponibilizou uma vaga de Sociologia para o município, vaga esta excluída posteriormente quando o edital fora ratificado. Além disso, em São Bernardo – MA, município vizinho de Santa Quitéria, já houve vários formandos no curso de Ciências Humanas, mas que permanecem desempregados por falta de oportunidade.

Portanto, ao chegarmos ao fim deste trabalho, sabemos que o debate não se encerra. Ao contrário, o mesmo está longe de acabar. Nesse sentido, tendo em vista o potencial transformador que o conhecimento sociológico possui, sabemos que enquanto ele insistir em ocupar seu lugar de direito na educação básica, haverá quem tente impedi-lo, em prol de uma ideologia dominante, cujos interesses são opostos àqueles postulados pela Sociologia. Assim, constatamos que a disciplina de Sociologia na educação básica ainda terá que enfrentar muitos desafios, a fim de se tornar um saber reconhecido e valorizado no cenário educacional brasileiro. Para tanto, esse quadro só será revertido a partir de lutas e reivindicações sobre a importância do conhecimento sociológico para a formação dos alunos. Só assim teremos a disciplina de Sociologia como uma realidade efetiva, e não apenas como uma possibilidade, situação esta recorrente na história do ensino no nosso país.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior.** Disponível em:

<<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Lei 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.**

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.**

CHAER, G.; et al. **A técnica do questionário na pesquisa educacional.** Evidência, Araxá, v. 7, n. 7. 2011.

DUTRA, Willany Késia Garcia; OLIVEIRA, Tânia Régia Filgueiras de. **O ensino da sociologia na escola pública: a visão dos atores escolares – alunos, direção e professores.** Disponível em:

<[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA19\\_ID8253\\_15082016173825.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA19_ID8253_15082016173825.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FERREIRA, Wallace. **Bourdieu e educação: concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil.** Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/download/8846/6726>>. Acesso em: 05 de jul. 2019.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do ensino médio e sua qualidade da educação.** Estudos avançados 32 (93), 2018. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000200025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200025)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti. **A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia.** Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 21, 1º sem. 2018, pp. 41-53.

FILHO, Juarez Lopes de Carvalho; FILHO, Benedito SOUZA. **Sociologia e Educação. Desafios da formação de professores para o ensino de sociologia na educação básica.** São Luís: EDUFMA, 2018.

FREITAS, Maria Cristina Leal de. FRANÇA, Carlos Eduardo. **História da Sociologia e de sua inserção no Ensino Médio.** Universidade Federal da Grande Dourados. Movimentação, Dourados, v. 3, n.º. 5. 2016.

\_\_\_\_\_. LDB. Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

LIMA, Natália Pereira; SOUSA, Baltazar Macaiba de. **Sociologia no ensino médio no Maranhão: reflexões sobre a transmissão da cultura sociológica para jovens**. Disponível em:

<[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3087&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3087&Itemid=171)>. Acesso em: 06 jul. 2019.

GOMES, Saulo Albuquerque. **A sociologia no ensino médio brasileiro: uma leitura de dissertações e tese defendidas entre 2000 - 2014**. Presidente Prudente: [s.n], 2017.

NOGUEIRA, CLÁUDIO MARQUES MARTINS; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contradições**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

OLIVEIRA, Amurabi. **A expansão e o perfil dos novos cursos de formação de professores de ciências sociais no nordeste**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 12 n. 1 jan. a junho. 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. **A formação inicial de professores de sociologia no nordeste: alguns breves apontamentos**. Rev. Eletrônica *Pesquiseduca*, Santos, v. 06, n. 12, p. 285-299, jul.-dez. 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. **Os desafios para a formação de professores de sociologia ante sua expansão em nível nacional**. In: FILHO, Juarez Lopes de Carvalho; FILHO, Benedito SOUZA. **Sociologia e Educação. Desafios da formação de professores para o ensino de sociologia na educação básica**. São Luís : EDUFMA, 2018.

RÊSES, E. S. **Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio**. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília/UnB, Brasília. 2004.

SANTOS, Renata Oliveira. **A sociologia como disciplina escolar: do passado ao presente**. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/13010>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio**. Espaço Acadêmico. Outubro, 2001.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O ensino da sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento**. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

# **ANEXOS**

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM OS PROFESSORES**

**Bloco – 1. CONTEXTO SOCIAL**

1. Sobre sua renda per capita, você se enquadra:  
( ) Acima de 1/2 até 1 salário mínimo  
( ) Acima de 1 até 2 salários mínimos  
( ) Acima de 2 até 5 salários mínimos  
( ) Acima de 5 até 10 salários mínimos  
( ) Acima de 10 salários mínimos
2. Sobre sua origem familiar, você foi criado por:  
( ) pai e mãe ( ) somente mãe ( ) somente pai  
( ) avô e avó ( ) somente avó ( ) somente avô  
( ) outros. Quais: \_\_\_\_\_
- 2.1. Qual a escolarização de seu/sua  
Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: \_\_\_\_\_  
Avô paterno: \_\_\_\_\_  
Avó paterno: \_\_\_\_\_  
Avô materno: \_\_\_\_\_  
Avó materno: \_\_\_\_\_
- 2.1.1. Qual foi ou é a profissão de seu/sua  
Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: \_\_\_\_\_  
Avô paterno: \_\_\_\_\_  
Avó paterno: \_\_\_\_\_  
Avô materno: \_\_\_\_\_  
Avó materno: \_\_\_\_\_
3. Você fez seu Ensino Fundamental em: ( ) Instituição Pública ou ( ) Instituição Privada
4. Você fez seu Ensino Médio em: ( ) Instituição Pública ou ( ) Instituição Privada
- 4.1. Em que ano você concluiu seu Ensino Médio: \_\_\_\_\_
5. Você trabalhou em outra função antes de ser professor  
( ) SIM. responda as questões 5.1 e 5.2 ( ) NÃO. Pule para o próximo bloco.
- 5.1. Qual(ais)? \_\_\_\_\_
- 5.2. Porque mudou de profissão? \_\_\_\_\_

**Bloco – 2. SUA FORMAÇÃO**

6. Você possui graduação em Sociologia?  
SIM ( ) NÃO ( ) pule para a questão 6.9
- 6.1. Seus responsáveis (pais/avós) influenciaram na escolha da sua formação:  
SIM ( ). Como? \_\_\_\_\_  
NÃO ( ).
- 6.2. Você teve apoio dos seus responsáveis (pais/avós) durante sua graduação?  
SIM ( ) como: \_\_\_\_\_  
NÃO ( ) porque: \_\_\_\_\_
- 6.3. Você fez sua graduação em Instituição: ( ) Pública ou ( ) Privada
- 6.4. Modalidade: ( ) Normal ou ( ) a Distância
- 6.5. Há quanto tempo você é graduado nesta área? \_\_\_\_\_
- 6.6. Você é Professor: ( ) Efetivo ou ( ) Contratado
- 6.7. Porque você escolheu a graduação em Sociologia? (cite pelo menos dois fatores):  
\_\_\_\_\_
- 6.8. Você possui outra formação além da Sociologia:  
( ) SIM. ( ) NÃO. Responda a partir da questão 7.
- 6.8.1 Qual? \_\_\_\_\_
- 6.8.2 Você cursou antes ou depois da sua graduação em Sociologia:  
( ) ANTES. Porque você cursou Sociologia depois?  
\_\_\_\_\_
-

( ) DEPOIS. Porque você fez este outro curso?

---

**6.8.3** Você exerce esta sua outra formação?

SIM ( ) responda as questões 6.8.3.1

NÃO ( ) Porque? \_\_\_\_\_

(pule para a questão 7.)

**6.8.3.1** Com qual formação você é mais realizado?

( ) Sociologia ( ) a outra

Porque? \_\_\_\_\_

(pule para questão 7)

**6.9.** Qual sua graduação?

---

**6.10.** Fez sua graduação em: ( ) Instituição Pública ou ( ) Instituição Privada

**6.11.** Modalidade: ( ) Normal ou ( ) a Distância

**6.12.** Você é Professor: ( ) Efetivo ou ( ) Contratado

**6.13.** Porque você leciona a disciplina Sociologia:

---

**6.14.** A sua falta de formação na área dificulta seu desempenho como professor de Sociologia?

SIM ( ) NÃO ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

**6.15.** Você gostaria de fazer uma graduação em Sociologia:

SIM ( ) NÃO ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

**6.16.** Você possui outra formação além da Sociologia:

( ) SIM. ( ) NÃO. pule para a questão 7.

**6.16.1** Qual? \_\_\_\_\_

**6.16.3** Você exerce esta sua outra formação?

SIM ( ) Com qual você é mais satisfeito: \_\_\_\_\_

NÃO ( ) Porque? \_\_\_\_\_

**7.** O que seus familiares (pais, conjugues ou filhos) pensam sobre sua profissão?

Você desenvolve outra atividade paralela como fonte de renda?

SIM ( ) Qual?

Porque? \_\_\_\_\_

NÃO ( ).

**8.** Você trocaria de profissão:

SIM ( ) NÃO ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

---

### Bloco – 3. A PRÁTICA DOCENTE

**9.** Há quanto tempo você leciona a disciplina Sociologia? \_\_\_\_\_

**10.** Você entrega plano de aula para a coordenação ou diretoria da escola?

SIM ( ) NÃO ( ) pule para a questão 10.2

**10.1.** Quais: Para cada aula ( ), Mensal ( ), Bimestral ( ), Semestral ( ), Anual ( )

**10.2.** Por quais motivos: \_\_\_\_\_

**11.** Como você costuma abordar os conteúdos da disciplina em sala de aula (principais metodologias que você utiliza)?

---

**12.** De forma geral, como você classificaria o nível de interesse dos seus alunos pela disciplina de Sociologia?

Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( )

**12.1** Á quais fatores você atrela sua opinião:

**13.** Com qual frequência os alunos costumam participar de questionamentos ou debates sobre os conteúdos trabalhados durante a aula?

Nenhuma ( ) Pouca ( ) Quase sempre ( ) Sempre ( )

**14.** Qual seu nível de satisfação em lecionar a disciplina Sociologia

Nenhuma ( ) Pouco satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Muito satisfeito ( )

**15.** Relate quais são suas principais dificuldades para ministrar a disciplina Sociologia